

TJMS
EM NOTÍCIAS



**UMA VIDA
DEDICADA À
MAGISTRATURA**

APÓS 30 ANOS
DES. ELPÍDIO DESPEDE-SE DO TJ



Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul



Uma vida em
30 anos de
Magistratura

7

Índice

Artigo: Sobre Elpídio Helvécio Chaves Martins, por Rêmolio Letteriello.....	5
Uma vida em 30 anos de Magistratura.....	7
Ano de 2010 é marcado pela digitalização de diversas varas.....	10
Migração de dados garante tecnologia atual para Comarcas do Estado.....	11
TJ amplia <i>link</i> de comunicação e instala rede sem fio.....	12
TJMS disponibiliza Consulta Virtual em plenários.....	13
SCDPA: Nova versão atende todas as comarcas de MS.....	14
Sistema Consigna garante rapidez na liberação de descontos em folha e alvará eletrônico.....	15
Corregedoria automatiza serviços e operações SIG-EX e SGE.....	16
TJMS disponibiliza versão do Portal para <i>smart phone</i>	17
Parcerias com Instituto de Identificação e Ministério Público facilitam acesso <i>on-line</i> de dados.....	18
Justiça de MS tem 70% dos computadores com tecnologia de ponta.....	19
Domínio Único da rede do judiciário traz praticidade e melhorias.....	20
Resolução define planejamento de Tecnologia da Informação em MS.....	21
Nova Intranet facilita comunicação interna e valoriza servidor.....	22
Virtualização dos servidores de rede do judiciário otimiza espaço e gastos.....	23
Soluções de segurança dão mais proteção aos dados do judiciário.....	24
TJ testa solução para gravação em áudio e vídeo e transcrição eletrônica.....	25
Ponto eletrônico integra todas as comarcas de MS.....	26
Varas Cíveis Digitais propiciam celeridade processual.....	27
Revista de jurisprudência e Legislações agora são <i>on-line</i>	28
Tabelas Unificadas são implantadas em Mato Grosso do Sul.....	29
TJMS disponibiliza <i>link</i> Transparência.....	30
Justiça sul-mato-grossense cumpre determinações do CNJ.....	31
Planejamento Estratégico define ações para cinco anos em MS.....	32
Judiciário de MS é 8º do país no cumprimento das Metas 2009.....	33
Tribunal de Justiça de MS aumenta quadro de julgadores.....	34
TJMS adota numeração única de processos.....	35
Processos julgados em 1º grau em 2010 superam mesmo período de 2009.....	36
Julgamentos em 2º grau aumentam em mais de 13%.....	37
SAJ Estatística facilita a coleta de dados.....	38
Doze varas cíveis da Capital são desmembradas.....	39
Corregedoria implanta série de ações de fiscalização e melhorias ao público.....	40
Ecogestão: práticas trazem economia, preservação e rapidez.....	42
Gestão ambiental é prioridade em ações do TJMS.....	43
Convênio entre TJMS e ACICG facilita conciliação extrajudicial.....	44
Judiciário de MS cria Coordenadoria da Infância e Juventude.....	45
Judiciário de MS cria Mutirões analisam situação carcerária em Mato Grosso do Sul.....	46
Ressocialização: Ações em MS atendem proposta da campanha "Começar de Novo".....	47
Parceria extingue mais de 25 mil feitos de execução fiscal de Campo Grande.....	48
Judiciário estabelece política de gestão documental e descarta mais de 85 mil processos.....	49
Judiciário de MS instala Juizados da Fazenda Pública.....	50
Implantada Central de Conciliação de Precatórios em MS.....	51
Novo regimento de custas agiliza e facilita procedimentos.....	52
Plano de Cargos, Carreira e Remuneração é simplificado.....	53
Concursos selecionam magistrados e servidores para o judiciário de MS.....	54
Assistentes sociais e Psicólogos estão presentes em 11 circunscrições.....	55
Ações da Escola do Servidor capacitam serventuários.....	56
Equipe psicossocial realiza projeto de diagnóstico da força de trabalho.....	57
Anexo do Prédio do TJ irá oferecer melhor estrutura a servidores e usuários.....	58
Construções e Reformas melhoram estrutura do judiciário de MS.....	59
Comarca de Três Lagoas recebe prédio novo do Fórum.....	60
Semana da Conciliação 2009: MS campeão em valores no país.....	61
I Encontro do Fórum Nacional Fundiário é realizado em Campo Grande.....	62
MS sedia Encontro Nacional das Escolas do Judiciário.....	63
Poder Judiciário de MS comemora 30 anos de história.....	64
Pacijus: campanha de Natal presenteia 1.655 crianças.....	65
Judiciário de MS promove Minicorrída.....	66



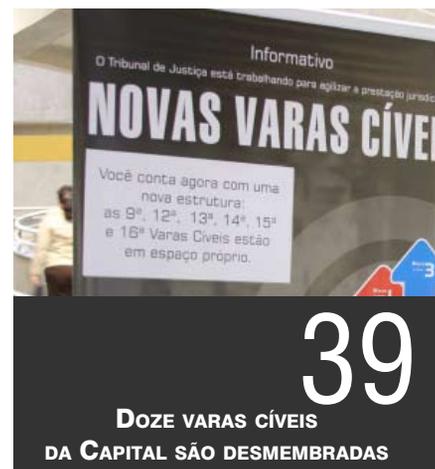
10

ANO DE 2010 É MARCADO PELA
DIGITALIZAÇÃO DE DIVERSAS VARAS



33

JUDICIÁRIO DE MS É 8º DO PAÍS
NO CUMPRIMENTO DAS METAS 2009



39

DOZE VARAS CÍVEIS
DA CAPITAL SÃO DESMEMBRADAS



43

GESTÃO AMBIENTAL
É PRIORIDADE EM AÇÕES DO TJMS

EDITORIAL

A Administração do Tribunal de Justiça, sob a Presidência do Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins, se encerra no início do mês de julho de 2010, em razão de sua aposentadoria. É momento, pois, de rever os 18 meses do trabalho com o propósito de evidenciar as realizações efetivadas.

Se fosse possível cunhar essa administração, ela teria como marca o investimento em infraestrutura. Nesse campo, o empenho foi acentuado. Há muito não se dava tanta atenção à tecnologia da informação, destinatária da maior parcela de verbas do orçamento. A ação administrativa deu especial ênfase ao processo eletrônico. Tanto que foram implantadas, na capital, 4 novas varas cíveis com procedimento totalmente eletrônico.

Além disso, as varas de execução penal, de família e a auditoria militar da Capital tiveram o procedimento eletrônico implantado. Destaque maior à virtualização da Comarca de Dois Irmãos do Buriti, primeira do país a trabalhar com processos apenas na forma digital. A transmissão de dados foi sensivelmente implementada, e a comunicação interna entre os setores administrativos ficou integralmente em meio virtual.

No setor de recursos humanos, a implementação do Plano de Cargos teve importante repercussão na carreira e na remuneração dos servidores. A valorização do servidor foi outra característica marcante, com integral apoio à Escola dos servidores do Judiciário, e com designação de somente servidores de carreira para os cargos da alta gerência administrativa.

Não se descuro, todavia, de outras áreas de interesse, tais como a construção e reformas de prédios públicos afetados ao judiciário. Tratou-se de modernizar o obsoleto regimento de custas, com nova lei, que teve como mote a simplificação do regime de arrecadação e a absoluta transparência do custo financeiro do processo.

Outra ação relevante foi a divisão das varas cíveis residuais da Comarca de Campo Grande, em atenção a antiga reivindicação de juizes, servidores e advogados, e cuja estrutura mantinha-se há mais de 10 anos, e era forte fator de congestionamento do andamento processual.

Merece especial destaque o honroso 8º lugar conquistado pelo Tribunal de Justiça do Estado no cumprimento das metas de 2009 do Conselho Nacional de Justiça. Essa notável conquista recolocou o judiciário sul-mato-grossense no ápice da magistratura nacional.

Enfim, foi um período de trabalho profícuo e produtivo. Contornou-se, com muita dedicação e responsabilidade, os graves problemas fiscais do Estado e a forte atuação administrativa do CNJ junto aos tribunais. Todos os compromissos foram cumpridos e honrados, não só com a magistratura e com os servidores públicos, mas notadamente com a sociedade do nosso Estado, norte último de todas as ações administrativas.

Finda-se mais uma etapa da vida administrativa do judiciário de Mato Grosso do Sul com a certeza do dever cumprido e de que a obediência ao dever, a qualquer custo e risco, é a essência da vida mais elevadamente civil.

EXPEDIENTE

MISSÃO

Prestação jurisdicional em tempo razoável

Parque dos Poderes - Bloco 13
Campo Grande - MS - CEP: 79031-902
Telefone: (67) 3314-1382/3314-1304
www.tjms.jus.br

Presidente

Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins

Vice-Presidente

Des. Paulo Alfeu Puccinelli

Corregedor-Geral de Justiça

Des. Josué de Oliveira

Diretora-Geral da Secretaria

do Tribunal de Justiça:

Zelma Araújo Teixeira Munhoz

Juizes Auxiliares da Presidência

Vilson Bertelli

Elizabeth Anache

Alexandre Corrêa Leite

Juiz Auxiliar da Vice-Presidência

Marcelo Câmara Rasslan

Juizes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça

Ruy Celso Barbosa Florence

Fábio Possik Salamene

Tribunal Pleno

- Des. Rêmolo Letteriello
- Des. Rubens Bergonzi Bossay
- Des. Claudionor Miguel Abss Duarte
- Des. João Carlos Brandes Garcia
- Des. Oswaldo Rodrigues de Melo
- Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins
- Des. Luiz Carlos Santini
- Des. Josué de Oliveira
- Des. Joenildo de Sousa Chaves
- Des. Atapoã da Costa Feliz
- Des. Hildebrando Coelho Neto
- Des. João Maria Lós
- Des. Divoncir Schreiner Maran
- Des. Paulo Alfeu Puccinelli
- Des. João Batista da Costa Marques
- Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges
- Des. Paschoal Carmello Leandro
- Des^a. Marilza Lúcia Fortes
- Des. Julizar Barbosa Trindade
- Des. Romero Osme Dias Lopes
- Des. Carlos Eduardo Contar
- Des. Sérgio Fernandes Martins
- Des. Sideni Soncini Pimentel
- Des. Dorival Renato Pavan
- Des. Vladimir Abreu da Silva
- Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva
- Des. Fernando Mauro Moreira Marinho
- Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso
- Des. Dorival Moreira dos Santos
- Des. Marco André Nogueira Hanson

Realização: Secretaria do Gabinete da Presidência do TJMS

Diretora e Jornalista Responsável: Marilda Silveira
Camargo - DRT 047/MS

Impressão: Coordenadoria Gráfica do TJMS

Tiragem: 600 exemplares

Circulação: Nacional

Fotos: Divulgação DEJOR

SOBRE

ELPÍDIO HELVÉCIO CHAVES MARTINS

por Rêmoló Letteriello

Quem deve se manifestar sobre o Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins, na ocasião da sua despedida, não é nem mesmo um seu colega de profissão de muitos anos, mais de trinta anos, mas sim um seu amigo que acredita falar, também, em nome de muitos amigos que são todos aqueles que, nesta hora, se rejubilam, com sinceridade, pelos triunfos bem conquistados na sua vida de magistrado e de cidadão.

Apresento-me, pois, desvencilhado da toga, para revelar impressões isentas e verdadeiramente positivas sobre Elpídio, e devo fazê-lo, como fazem os biógrafos, apartando as facetas do seu viver: de homem simples e de magistrado.

Vivenciamos o nascer do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul quando, palmilhando por comarcas do interior, conhecemos juntos as dificuldades naturais da transmutação da profissão de advogado para a de juiz e a adaptação a atividades tão distintas, embora ambas centradas na operacionalização do Direito.

Os que conviveram de perto com esse personagem de tripla cidadania (baiano - paranaense - sulmato-grossense) são testemunhas

vivas de que bem suportou tais mudanças e que, pelas suas atitudes e comportamentos, sempre soube exercer a sua sacrossanta missão de bem servir ao Estado que adotou e ao seu povo, nunca perden-

“ Sempre atuou profissionalmente com responsabilidade, inteligência e extremo bom senso. Foi um juiz de caráter íntegro, bravo, justo e generoso ”

do de vista a realidade da vida e as desigualdades humanas, e sempre desvelando os sentimentos de humildade e de amor àqueles que bateram às portas do Foro, com sede e fome de justiça.

Sempre atuou profissionalmente com responsabilidade, inteligência e extremo bom senso. Foi um juiz de caráter íntegro, bravo, justo e generoso. Atrás de uma fisionomia carregada, de um semblante sisudo, sempre se escondeu um ser humano excessivamente emotivo, capaz de verter choro ante qualquer cena comovente ou

ouvir lamentos de algum sofredor desprovido de felicidade.

Simbolizou, pois, o juiz moderno que toda sociedade moderna reclama, jamais se encastelando na torre de marfim do seu saber jurídico. Sempre teve, acima e antes de tudo, olhos para ver, ouvidos para escutar, cérebro para pensar, coração para sentir, ciente de que, é vendo, ouvindo, pensando e sentido que se há de fazer a boa justiça, dando a cada um o que lhe pertence, sem nada acrescentar no supérfluo para não tirar do necessário.

As suas qualidades de homem público não se revelaram apenas nas atividades judicantes desenvolvidas em primeira e segunda instâncias. Também no âmbito administrativo, ao cumprir a espinhosa função de Corregedor-Geral de Justiça, no biênio da nossa Administração, 1999-2000, impôs o seu temperamento retilíneo, mantendo os atributos de um juiz perfeito quando invariavelmente demonstrava humildade sem condescendência, determinação sem rudeza, tolerância sem acumpliciamiento, avesso a especulações, mexericos e aos diz-que-diz-que, insensível aos elogios arrebatados e indiferente às críticas desarrazoadas.

Nas correições, em relação a magistrados e servidores, foi mais conselheiro que censor, mais incentivador que depreciador, devotando a todos merecida atenção e a todos transmitindo a sua larga experiência e aconselhamento para a boa judicância e a melhor execução dos serviços judiciários.

A sua extraordinária contribuição administrativa ao Poder Judiciário sul-mato-grossense, culminou com o exercício da presidência do Tribunal de Justiça, cargo que deixa sem completar o biênio legal, não por vontade própria, mas por força de aposentadoria por idade.

No desempenho dessa missão, que aceitou com indisfarçável encantamento e férrea vontade de servir ainda mais ao nosso Estado e à nossa Magistratura, deixou a marca da sua alta capacidade de gerenciamento da coisa pública judiciária, instituindo novos e necessários instrumentos e meios para modernizar e dar mais efetividade ao nosso sistema de distribuição da Justiça.

Dessas conquistas, destacam-se, o desmembramento de mais de uma dezena de varas cíveis da Capital, a implantação de mecanismos de racionalização de julgamentos que permitiu aumento considerável de julgados pelos órgãos do Tribunal de Justiça, incentivo à conciliação que fez com que o nosso Estado figurasse como o campeão de valores no país, implementação da digitalização de processo no juízo comum e nos juizados especiais, a realização de convênios com entidades e o Ministério Público para possibilitar e facilitar o acesso online a dados, a construção de amplo anexo do prédio do Tribunal de Justiça para albergar novas repartições e dependências, construções

e reformas de diversos fóruns do interior, entre outras inúmeras realizações.

Compartilhando, por muitos anos, também com a vida particular do nosso homenageado, posso assegurar que se trata de um extremado filho e excelente chefe de família. É daqueles filhos que faz da visitação diária à sua octogenária mãe uma obrigação quase que religiosa, dispensando-lhe imutáveis cuidados e intenso carinho. Como marido, pai e avô, vê-se nele a figura de um ser protetor dos mais cuidadosos, sempre presente, devotando à sua querida família ternura, amor e candura permanentes.

Fora de casa, mostrou-se continuamente um grande companheiro. Temos boas histórias construídas na própria história da Amamsul, Associação dos Magistrados que juntos fundamos e onde desfrutamos de inesquecíveis momentos de descontração e de alívio do stress causado pela rotina do trabalho. Não fogem da memória, igualmente, as incontáveis pescarias que fazemos há mais de vinte anos nas águas do encantado Pantanal e que constituem o nosso hobby comum.

Já tive oportunidade de dizer que não posso avaliar a aflição nem medir a intensidade do sentimento de inquietude que domina quem se encontra às vésperas de uma apo-

sentadoria não desejada. Mas no caso do Elpídio, posso dizer que ele está tranqüilo e em paz, e que sai da vida profissional com a certeza de que foi um juiz vencedor e que só causou orgulho e alegria aos seus familiares e amigos, e que retorna ao convívio deles depois de muitos anos de impecável atuação em todos os âmbitos da sua vida, para continuar sendo um homem respeitável, um exemplar chefe de família, um amigo generoso, enfim, um ser superior, implacavelmente honesto, moralmente probo e de uma dignidade absoluta e sem mácula.



Rêmolo Letteriello é desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

ELPÍDIO HELVÉCIO CHAVES MARTINS

UMA VIDA EM 30 ANOS DE MAGISTRATURA

Ao assumir a administração do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em fevereiro de 2009, o Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins foi firme e decidiu que o lema para o biênio 2009/2010 seria Justiça com simplicidade e compromisso. Para ele é imprescindível que a postura do judiciário seja de seriedade e profissionalismo, resultando em justiça rápida e eficiente e, consequentemente, em sociedade satisfeita com a prestação jurisdicional.

Assim, com o plenário lotado e o *slogan* definido, ele foi empossado ao lado dos desembargadores Paulo Alfeu Puccinelli e Josué de Oliveira, vice-presidente e corregedor, respectivamente. Pouco mais de um ano depois da solenidade de posse, Elpídio foi alcançado pela aposentadoria e deixa o TJMS, na véspera de completar 70 anos. Elpídio Helvécio Chaves Martins é o primeiro juiz de carreira, concursado no então recém-criado Estado de MS, a ocupar o mais alto cargo do Poder Judiciário estadual.



Em seu discurso de posse ele garantiu que sua administração procuraria fazer o seu melhor, buscando apenas os recursos necessários, nada mais que necessários, para proporcionar os investimentos essenciais no combate à morosidade processual, que tanto atormenta o jurisdicionado e o juiz comprometido com a sua função. E assim foi feito.

Quem o conhece superficialmente não sabe que a voz com timbre de um trovão e o semblante fechado escondem um ser humano compreensivo e de um coração extremamente generoso. Elpídio é baiano de Ubaitaba, mas não foi lá que passou sua juventude. Ele foi muito conhecido e reverenciado por sua excelência nos campos de futebol. Na década de 60 fez parte do Atlético Clube Paranavaí, onde ficou conhecido como Lambreta, por ser um exímio corredor. Na época foi lançada a lambreta, o veículo motorizado, semelhante à motocicleta, com rodas menores e considerada muito veloz.

Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em 1969, começou como juiz de 1ª entrância na Comarca de Rio Brillante, em 1980. No ano seguinte, por merecimento, foi promovido para 2ª entrância, na 1ª Vara de Naviraí. Por antigüidade, em 1986, foi promovido para juiz de Entrância Especial para atuar na 8ª Vara Criminal de Campo Grande. A pedido, em 1987, foi removido por permuta para a 12ª Vara Cível da Capital. Em 1990, por merecimento, foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça. Foi Corregedor-Geral de Justiça no biênio 1999/2000.

Dos campos de futebol para a magistratura foi um grande salto. Uma mudança radical na vida de um profissional. Qual foi o motivo que o fez decidir-se por outra carreira? Quem responde é o Des. Sideni Soncini Pimentel, que não esconde a emoção ao falar do amigo. “Naquele tempo, jogar futebol não tinha o retorno financeiro que tem hoje e o pai dele o convenceu a estudar, porque



Formatura como bacharel em Direito no ano de 1969



Juventude com a família

futebol era para diversão – não era encarado como um forma de ganhar dinheiro. O pai dele costumava dizer que futebol 'não dava camisa para ninguém'. Então, o Elpídio estudou Direito, passou no concurso e ingressou na magistratura”, contou Sideni.

Quem passar por Paranavaí (PR) e buscar informações sobre o Sr. Elpídio Helvécio Chaves Martins estará desperdiçando seu tempo, mas se o nome for Lambreta, as informações surgirão rapidamente, como em um passe de mágica. No Diário do Noroeste, o mais importante jornal da cidade, é possível encontrar fotos dos jogadores da década de 1960 e lá



Nos tempos de atleta no time dos magistrados

está o Lambreta. Mirão e Chiquita, massagista e jogador, que eram parte do time daquela época de ouro, lembram do amigo com saudade. Ambos abriram seus arquivos para disponibilizar informações e imagens.

Mesmo depois de ingressar na magistratura, Elpídio continuou conquistando amigos. Foi padrinho de casamento da escritã Ziza Claudino Soares, na comarca de Naviraí, em 1983, quando lá existiam apenas duas varas e ele respondia pela primeira vara. Ziza continua na comarca e não esconde o respeito e a admiração pelo desembargador.



Lambreta

“Apesar do jeito seco, é e sempre foi muito humano. Se tivéssemos um problema era só conversar que ele entendia. Sempre foi um juiz bom, compreensivo, fácil de lidar. Nunca esqueço de uma cena em que ele estava próximo do portão de uma escola onde ia ser realizado um concurso. Minha prima estava em cima da hora para fazer a prova e ele autorizou a entrada dela, que foi aprovada e hoje é oficial de justiça. Ele realmente é muito humano”, conta Ziza.

A admiração angustiada pelo Des. Elpídio não se restringe aos servidores que trabalharam e trabalham com ele.

Entre os desembargadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, ele tem muito prestígio. Quando Elpídio ingressou na magistratura, o Des. José Augusto de Souza já era juiz em Dourados, comarca distante 220 km da Capital. Perguntado sobre o amigo, ele lembrou dos tempos em que julgaram em comarcas do interior.

“Falar sobre o Des. Elpídio é muito fácil. Trabalhamos juntos nos idos de 1980 e esta proximidade fez com que tivéssemos uma interação e não apenas em função da profissão, mas em razão do homem que ele é. Elpídio estava sempre presente. Como profissional, podemos dizer que se trata de um profissional do mais alto quilate, pessoa culta, séria, preocupada em distribuir a justiça, dando a cada um o que é seu e, acima de tudo, pensando que a justiça não foi criada só para o rico nem só para o pobre: a justiça foi criada para se dar a cada um aquilo que procura, independente da sua condição social. E o Des. Elpídio sempre teve isso como paradigma, como a certeza

que poderia fazer o melhor em prol do jurisdicionado”, relata.

No Tribunal de Justiça de MS, na visão do Des. José Augusto, Elpídio é um dos grande baluartes. “Examinava com critério extraordinário as causas que lhe eram submetidas e, com profundidade e sabedoria, procurava demonstrar a seus pares o que deveria ser ou não modificado em uma decisão de primeiro grau. Na presidência do Tribunal de Justiça vem exercendo,

dentro dos rigores que a lei lhe impõe, sua atividade administrativa, sempre procurando distribuir justiça e trazendo o progresso para MS. Infelizmente, está nos deixando, mas demonstrou a que veio e provou que é possível o fazer bem em todas as coisas”.

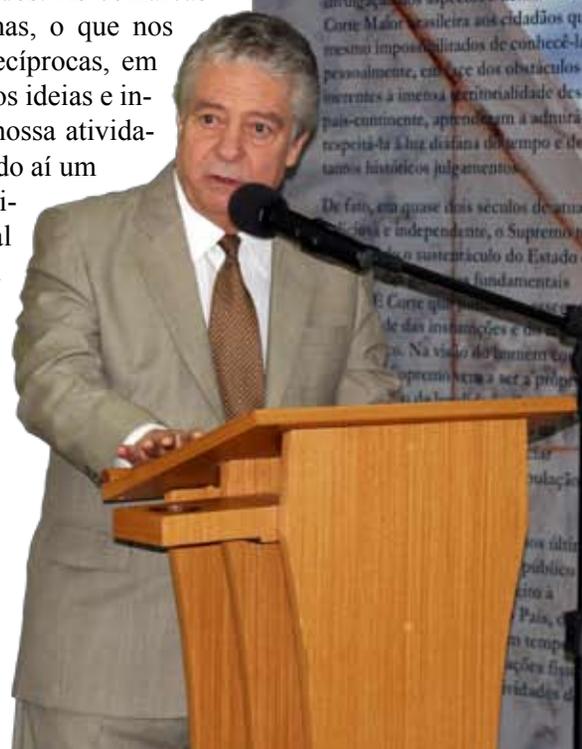
“Quando o conheci, há mais de 30 anos”, conta o Des. Rêmolo Letteriello, “ele julgava em Rio Brillhante e eu em Dourados. As comarcas são muito próximas, o que nos permitia visitas recíprocas, em que nós trocávamos ideias e informações sobre nossa atividade de juiz, nascendo aí um grande companheirismo profissional e uma fraternal amizade”.

“Podemos dizer que se trata de um profissional do mais alto quilate, pessoa culta, séria, preocupada em distribuir a justiça, dando a cada um o que é seu”

Des. José Augusto

Letteriello pode contar com o talento, a dedicação e o trabalho do antigo companheiro como Corregedor-Geral de Justiça. “Juntamente com o Des. Luiz Carlos Santini, como vice-presidente, nós conseguimos realizar muito mais do que sonhávamos em benefício do engrandecimento do Poder Judiciário”.

Conhecendo de perto, e por tantos anos, a personalidade do Des. Elpídio, Rêmolo afirmou que o amigo fez da magistratura sua vida. “Ele faz dela uma profissão de fé, nos destinos da verdadeira justiça. Por isso, não posso medir a aflição e a angústia que o acompanham nestes dias que antecedem sua aposentadoria. Mas posso afirmar que ele leva para casa uma grande convicção: de que foi sempre um juiz superior de uma honestidade rigorosa, de uma idoneidade moral absoluta e de uma dignidade sem nenhuma mácula”.



ANO DE 2010 É MARCADO PELA

DIGITALIZAÇÃO

DE DIVERSAS VARAS

A tramitação eletrônica de processos transformou-se em realidade em diversas varas da justiça estadual neste 1º semestre de 2010. No Fórum Heitor Medeiros, foram digitalizadas as duas varas da Execução Penal de Campo Grande, Auditoria Militar, Central de Execução de Penas Alternativas (CEPA) e as quatro varas de Família.

Ineditismo - Neste ano também foram digitalizados todos os processos da Comarca de Dois Irmãos do Buriti, que agora é a primeira 100% digital no país.

Vantagens - Em todos estes locais o jurisdicionado pode consultar o processo na íntegra pela internet. Além disso, a tramitação eletrônica garante mais rapidez na execução das tarefas no cartório, que agora realiza todos os trabalhos diretamente na tela do computador, além de algumas fases do processo serem automatizadas.

No modelo digital, o processo está permanentemente acessível ao público, pois não há mais a necessidade de carga dos autos físicos, uma vez que partes e advogados simplesmente acessam o feito pelo meio *on-line*, uma condição que também diminui o chamado tempo morto do processo, ou seja, o processo não precisa estar

no cartório para que se possa expedir um ofício, um mandado, ou juntar um documento.

Os trabalhos de digitalização destas varas dão continuidade ao Projeto de Padronização do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) e Virtualização das Varas. A base de dados destes feitos está estabelecida no Tribunal de Justiça e todo o processo tramita eletronicamente e de forma segura.



MIGRAÇÃO DE DADOS

GARANTE TECNOLOGIA ATUAL PARA COMARCAS DO ESTADO

Atualmente 24 comarcas de Mato Grosso do Sul utilizam a plataforma SAJ-PG5, versão mais atual do Sistema de Automação da Justiça, que permite a tramitação de processos digitais e facilita a integração do sistema do judiciário com o de outros órgãos, como a Receita Federal. Além da economia de papel, há um ganho considerável de tempo na tramitação de documentos.

Com as últimas migrações da plataforma PG3 para a PG5, que ocorreram em Corumbá e Cassilândia, hoje, em torno de 44% do Estado encontra-se com a plataforma mais atual do SAJ e a previsão da Secretaria de Tecnologia da Informação é de que até julho de 2011 todas as comarcas do Estado estejam com esta versão.

Neste cenário, a consulta processual possibilita obter, via *web*, detalhes do processo que na versão antiga só podem ser consultados pessoalmente. Nas varas que trabalham com processo digital os advogados podem realizar o petição eletrônico, o que permite peticionar ações sem precisar sair de seus escritórios.

Em doze comarcas com PG5, a versão permite ainda que os oficiais de justiça recebam os mandados e lancem as informações sobre as di-

ligências diretamente no sistema, o que também torna o cumprimento dos mandados mais transparente, pois após a finalização da movimentação, o documento fica disponível, na íntegra, para consulta na internet, atendendo aos próprios anseios dos advogados.

Para implantar a versão mais atual do SAJ, a Tecnologia da Informação realiza os trabalhos de migração dos dados nos momentos em que há menos procura pelos serviços *on-line* e em que o público será me-

nos afetado pela indisponibilidade do sistema, como aos fins de semana e à noite. Aliás, todas as migrações ocorrem nos finais de semana e outras medidas, como manutenção do sistema, acontecem no período noturno, após o expediente. O intuito é proporcionar o menor transtorno possível ao jurisdicionado.



TJ AMPLIA

LINK DE COMUNICAÇÃO

E INSTALA REDE SEM FIO

No dia 17 de maio de 2010 foi assinado um convênio entre o Tribunal de Justiça e empresa de telefonia para ampliar o *link* de comunicação de todas as comarcas do Estado. O investimento irá trazer rapidez, em especial para comarcas pequenas em que a capacidade de tráfego de dados era restrita, o que ocasionava uma série de transtornos quanto à agilidade das tarefas que dependem de acesso ao SAJ, internet e intranet, por exemplo.

Com a crescente expansão de serviços *on-line* no poder judiciário estadual, uma capacidade cada vez maior de tráfego de dados se faz necessária, isto para que diversos aplicativos possam ser acessados e utilizados ao mesmo tempo sem que a rede se torne lenta. A nova aquisição do Tribunal está concluindo a instalação, neste mês de julho, de um *link* de comunicação que trabalha com sete classes ou camadas de serviços.

Com isso, a Secretaria de Tecnologia da Informação está iniciando um processo de gerenciamento de cada aplicativo na rede, definindo prioridades para cada um deles, ou seja, qual o percentual que cada programa ou serviço utiliza da capacidade total, para que cada aplicação possa

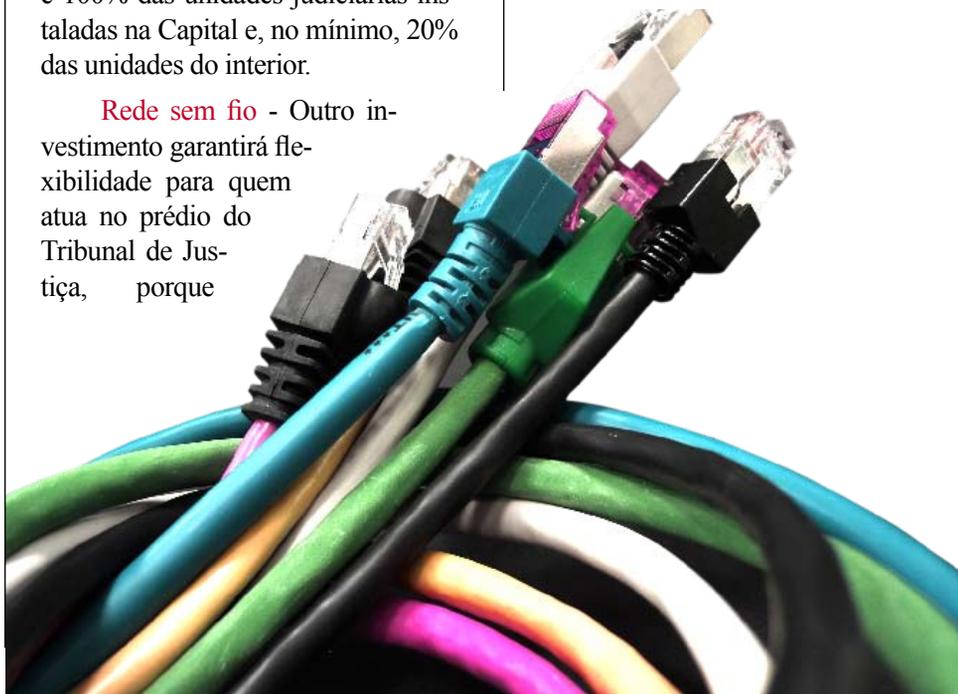
ser usada com o retorno mais rápido possível e sem interferir nos demais serviços. Sem este cuidado é que muitas comarcas sofriam com problemas de lentidão que agora serão sanados.

Meta 9 - A ampliação do link de comunicação atingirá 60 locais da justiça sul-mato-grossense de modo que, no dia 16 de julho, a instalação em todas as comarcas estará concluída e, com isso, MS cumprirá, com folga, a Meta nº 9 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece aos tribunais do país ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na Capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior.

Rede sem fio - Outro investimento garantirá flexibilidade para quem atua no prédio do Tribunal de Justiça, porque

estão sendo instalados equipamentos que permitem conexão à internet sem fio. Desembargadores e serventuários poderão ter a mobilidade de acessar a rede mundial de computadores pelo *notebook*.

Para a implantação da rede sem fio foram tomados todos os cuidados com a questão de segurança para garantir a restrição dos conteúdos e demais procedimentos já adotados para um acesso seguro à rede mundial de computadores que já são mantidos nas máquinas do judiciário.



TJMS DISPONIBILIZA

CONSULTA VIRTUAL

EM PLENÁRIOS

No dia 23 de junho mais uma medida audaciosa foi posta em prática: a cada um dos 31 desembargadores do Tribunal Pleno foi disponibilizado um *notebook*, de forma permanente em plenário, para consultas de jurisprudências, legislações infraconstitucionais, estaduais e internas, como o Código de Organização e Divisão Judiciárias (CODJ) e o Regimento Interno.

“Todos os *notebooks* tem também o Sistema de Automação da Justiça (SAJ), permitindo que os desembargadores façam os julgamentos *on-line*. A ideia é disponibilizar nos plenários todas as facilidades já utilizadas nos gabinetes e, conse-

quentemente, agilizar a prestação jurisdicional, reduzir custos com gráfica, com mão-de-obra, além de se adotar uma postura ecologicamente correta”, explicou Glauce Jane Parra Batista, diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica.

Para que se entenda o avanço da medida adotada, importante mencionar que antes toda legislação interna era impressa na gráfica do TJMS para disponibilização aos desembargadores. A cada atualização, eram impressas as alterações e manualmente coladas nas legislações distribuídas no plenário. Emprego de tempo e força de trabalho. E mais: esse procedimento era válido também para a legislação infraconstitucional.

A partir de agora, a atualização será diária e não haverá risco de algum desembargador ser surpreendido com qualquer código ou outro tipo de legislação em atraso. Essa facilidade, em curto espaço de tempo, deve também ser disponibilizada nos plenários cível e criminal. “Não há dúvidas que esta medida imprimirá agilidade, economia e muitas outras vantagens à prestação jurisdicional. A Secretaria de Tecnologia da Informação também está preparando um site direcionado especialmente para os plenários de julgamento, com todo tipo de legislação necessária durante um julgamento”, completou Glauce.



SCDPA

NOVA VERSÃO ATENDE

TODAS AS COMARCAS DE MS

Entrou em funcionamento em setembro de 2009 no Poder Judiciário de MS a nova versão do Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativos (SCDPA), que permitiu a extensão de seus benefícios a todas as comarcas do Estado, eliminando etapas, papéis e tramitação de documentos e andamentos processuais.

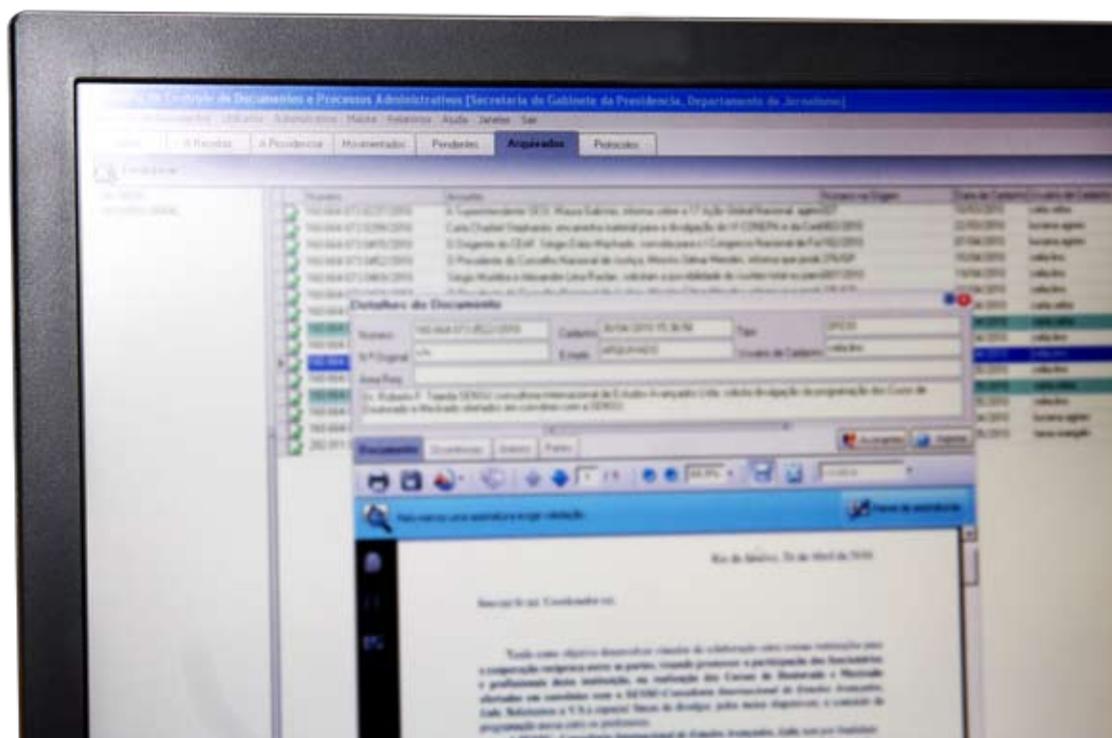
O sistema, que possibilita o envio eletrônico de correspondência administrativa, já funcionava na secretaria do TJ e foi implantado nas comarcas. Atualmente o sistema é utilizado em todo Estado para o envio de portarias, memorandos, requerimentos, pedidos de licença médica, todos os tipos de relatórios, dentre outros documentos. A medida atende a Meta 10 do CNJ, que especifica que 90% das comunicações internas dos tribunais devem ser realizadas de maneira eletrônica. A

previsão é de que a meta seja atendida até o final de 2010.

Os juízes diretores de foro e secretários das comarcas assinam as correspondências eletronicamente, com a utilização do certificado digital. O sistema está instalado nas secretarias e no gabinete do diretor do foro de cada comarca. Em breve será estendido aos gabinetes dos magistrados e cartórios judiciais.

Conforme levantamento parcial realizado pela Secretaria de Planeja-

mento, cerca de 60% de toda a documentação administrativa já circula de forma eletrônica. Alguns documentos ainda precisam ser enviados fisicamente em virtude de obrigatoriedade legal, como a prestação de contas do suprimento de fundos, avaliação do estágio probatório e a nota fiscal dos contratos de terceirização, por exemplo.



SISTEMA CONSIGNA

GARANTE RAPIDEZ NA LIBERAÇÃO

DE DESCONTOS EM FOLHA E ALVARÁ ELETRÔNICO

A criação do sistema Consign@ originou-se da necessidade de a folha de pagamento do Tribunal de Justiça acabar com documentos em papel referentes às transações de desconto em folha do servidor, como empréstimo consignado. A burocracia entre banco e o departamento do Tribunal ocorria por meio de envio das solicitações fisicamente. O problema, além do acúmulo desnecessário de papéis, era a demora para a liberação que, nas comarcas do interior, levava em torno de uma semana.

Como solução foi desenvolvido o Consign@, um sistema em que todos os bancos conveniados ao Tribunal estão cadastrados e o próprio funcionário da agência em que o servidor buscou o serviço acessa o programa para solicitar a operação. Pelo sistema a folha de pagamento verifica o pedido e aprova ou não, ou seja, um processo totalmente eletrônico. A versão para gerenciamento das consignações está em fase de testes e ajustes, com previsão de implantação no segundo semestre deste ano.

Aproveitando a estrutura de agências e usuários cadastrados, o programa foi adaptado para uso pela Conta Única para a aprovação de alvarás. O programa entrou em operação há cerca de um ano, antes mesmo do modelo desenvolvido para a liberação do desconto em folha.

Se antes o advogado retirava o alvará perante o cartório, dirigia-se ao banco, aguardava o procedimento de checagem de informações via fax para, só então, ter o pagamento liberado, a liberação é feita agora pela internet. Outra comodidade do pagamento de alvará eletrônico é a dos

valores em conta corrente a ser indicada pelo advogado, reduzindo-se assim o congestionamento nas agências bancárias. Para isso, o advogado deve informar o número da conta na petição inicial da execução ou fornecer o número da conta para depósito da parte.



The image shows a screenshot of the Consign@ login interface on the left and a photograph of a computer keyboard and US dollar bills on the right. The login page features the Consign@ logo, a warning message 'ATENÇÃO ÁREA RESTRITA', radio buttons for 'Banco' and 'Administrador', input fields for 'Login do Funcionário (CPF)' and 'Senha do Funcionário', a link for 'Esqueceu a senha?', and buttons for 'ENTRAR', 'LIMPAR', and a help icon. The bottom left of the screenshot shows the logo for 'ti SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO'. The photograph on the right shows a close-up of a computer keyboard and several US dollar bills, including a \$100 bill.

No segundo semestre de 2009 as serventias extrajudiciais passaram a informar diariamente toda a movimentação de seus atos no Sistema de Informações Gerenciais Extrajudicial (SIG-EX). O objetivo foi acabar com a circulação de papéis, isto é, o trânsito de ofícios, de maneira que as informações, o armazenamento de dados, enfim, todos os procedimentos ocorressem no meio informatizado. Assim, hoje a Corregedoria dispõe de uma ferramenta eletrônica que facilita o controle dos trabalhos no extrajudicial.

Anteriormente o processo era feito por meio do envio de relatórios à Corregedoria, numa periodicidade mensal, com exceção de alguns casos em que era preciso informar semanalmente os atos praticados. Com o funcionamento do SIG-EX os dados são repassados diariamente pelo meio eletrônico.

Outro aspecto vantajoso do sistema é o fato de que ele possibilita que os usuários dos serviços notariais e registrais possam verificar se os selos de autenticidade conferem com o respectivo ato praticado, via internet, pelo *site* do Tribunal de Justiça.

Outra ferramenta tecnológica adotada pela Corregedoria é o Sistema de Gerenciamento de Escrituras de Separação, Divórcio, Inventário, Testamento e Averbação, o SGE, que começou o funcionamento da consulta pública das escrituras pelo Portal do TJ em maio do ano passado.

Hoje, os registros das serventias extrajudiciais formam um banco de dados por meio do qual o cidadão busca, de forma rápida e prática, as informações de que necessita. Toda a criação, desenvolvimento e manutenção técnica destes sistemas é de responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação do próprio Tribunal de Justiça.

CORREGEDORIA AUTOMATIZA SERVIÇOS E OPERAÇÕES COM

SIG-EX E SGE

A imagem mostra duas interfaces de usuário. A interface superior, intitulada "SGE CONSULTA PÚBLICA", apresenta um campo de busca com o texto "Busca por nome completo (exata)", um botão "PESQUISAR" e campos para CPF e OAB. A interface inferior, do "TRIBUNAL DE JUSTIÇA", mostra o sistema "SIG-EX - Sistema de Informações Gerenciais Extrajudicial" com uma mensagem "Por favor, informe seus dados.", opções para "Cartórios" e "Corregedoria", campos de "Login:" e "Senha:", um botão "CONFIRMAR" e um link "Esqueceu a senha?". Informações de contato e resolução de vídeo são exibidas na base da interface.

TJMS DISPONIBILIZA VERSÃO DO

PORTAL PARA

SMART PHONE

Mais uma facilidade digital oferecida ao jurisdicionado será implantada no mês de julho na justiça sul-matogrossense. Por meio da rede 3G de telefonia móvel é possível acompanhar o andamento processual e outros serviços disponibilizados pelo Portal do TJ pelo *smart phone*. Para isto, basta que o usuário disponha de um aparelho com dispositivo que permita acesso à internet 3G.

Para permitir o acesso, foi desenvolvida uma versão mais simplificada do Portal, contendo informações como as principais notícias do *site*, relação de telefones úteis, a disponibilização de alguns serviços da conta única entre outros conteúdos. E, a exemplo da consulta processual pela página da internet, advogados e partes dos processos poderão visualizar as movimentações de cada um de seus feitos.

O serviço ainda é uma novidade em funcionamento em alguns tribunais federais e do trabalho do país e recentemente foi oferecido ao público pelo STF. Acompanhando a implementação de novas tecnologias, agora é a vez de Mato Grosso do Sul garantir ao jurisdicionado estadual ter acesso a informações processuais e outros conteúdos do *site* em qualquer lugar onde esteja, tudo pelo seu próprio *smart phone*, acessando a página do TJMS.

A grande vedete da nova ferramenta digital promete ser a consulta processual, com sistema de busca é semelhante ao dispositivo existente no Portal, cujos feitos em tramitação no 1º e 2º graus além dos juizados podem ser localizados pelo nome da parte, do advogado, pelo número do processo etc.

No entanto, em razão da limitação do tamanho da tela destes aparelhos que permitem conexão à internet 3G, a consulta garante acesso aos principais pontos da movimentação processual, ficando as particularidades e todos os incidentes disponíveis na versão do *site* acessada, como de costume, pelo computador. O intuito é permitir uma busca rápida e com a mobilidade que os *smart phones* oferecem. O TJMS entra mais uma vez como pioneiro na justiça estadual ao lançar este recurso tecnológico.



PARCERIAS COM INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

E MINISTÉRIO PÚBLICO FACILITAM

ACESSO ON-LINE DE DADOS

O Sistema de Integração de Dados com o Instituto de Identificação (SIDII) originou-se a partir de um convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e a SEJUSP, por intermédio da Coordenadoria-Geral de Perícias e do Instituto de Identificação “Gonçalo Pereira”.

Num primeiro momento, o convênio possibilitou ao judiciário o acesso ao sistema SGI (Superintendência de Gestão da Informação), no qual constam os dados cadastrados em nível estadual sobre os antecedentes criminais. A parceria agilizou a solicitação feita pelos magistrados acerca destas informações, evitando a burocracia e a demora no envio e recebimento de ofícios.

Nesta nova etapa, a troca de informações e o acesso aos dados estão sendo aprimorados para que haja um compartilhamento entre o SAJ e o SGI. Para que isto fosse possível, a Tecnologia da Informação do Tribu-

nal desenvolveu o SIDII, um terceiro programa que garante a busca de dados nas comarcas de todo o Estado e a alimentação do sistema do Instituto de Identificação.

Com isso há uma troca entre os órgãos, tanto do acesso de antecedentes criminais quanto ao repasse de novas ocorrências para incrementar o banco de dados do SGI. Esta fase está em vias de implantação, restando apenas a equipe da Sejusp finalizar as rotinas de integração.

Integração com o MP - O Ministério Público Estadual dispõe de um sistema interno de andamento processual equivalente ao Sistema de Automação da Justiça (SAJ) do Poder Judiciário de MS. Desse modo, quando um feito está em carga ao MP, ou seja, os autos são fisicamente encaminhados, é necessário que o órgão faça um recadastramento das informações do processo em seu próprio sistema. Uma tarefa manual que ocasiona perda tempo, retrabalho, além da possibilidade de que erros ocorram.

No intuito de garantir uma automatização desses trâmites, o Ministério Público solicitou à administração do TJMS a implementação de uma solução. Como resultado, a Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal desenvolveu um programa que rastreia diariamente em todas as comarcas do Estado qualquer movimentação relacionada ao MP, verificando todas as ocorrências e armazenando estas informações em um servidor.

Na outra ponta, um sistema desenvolvido pela equipe do Ministério Público acessa este banco de informações e, de forma automatizada, alimenta os dados que deveriam ser acrescentados manualmente no seu sistema interno de andamento processual. A novidade está em vias de implantação, restando apenas a finalização por parte do MP do programa que irá se integrar ao desenvolvido pelo TJ.



JUSTIÇA DE MS TEM

70% DOS COMPUTADORES

COM TECNOLOGIA DE PONTA

Num universo de mais de 3.000 computadores utilizados por servidores e magistrados de Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Tecnologia da Informação realizou desde 2009 a gradativa substituição do maquinário. Assim, hoje em torno de 70% de todas as máquinas usadas na justiça estadual são modelos atuais.

Há cerca de três anos a maioria dos equipamentos do poder judiciário eram obsoletos e toda a manutenção era centralizada na capital. Agora, pontos importantes fazem parte desta mudança: reestruturação e aprimoramento nos sistemas de atendimento e manutenção, sistema para planejamento de distribuição do estoque de equipamentos, periféricos e componentes de informática, dentre outras mudanças.

As últimas comarcas que tiveram seus computadores substituídos foram Coxim, Aquidauana e Nova Andradina onde, somente nestes locais, foram instaladas 163 novas máquinas. Trata-se de um processo contínuo de substituição. Desse modo, uma nova leva de computadores está che-

gando ao judiciário para continuar os trabalhos neste 2º semestre de 2010.

De maneira geral, a renovação do maquinário da justiça estadual é uma peça importante para dar rapidez à rotina produtiva. Em meio à informatização de diversos serviços, as exigências tecnológicas mínimas para transcorrer perfeitamente as ações dependem de máquinas que suportem tais programas “pesados”, como são chamados. Por trás destas ações,

a Tecnologia da Informação realiza a gradual atualização da justiça, de modo que as máquinas sejam capazes de propiciar diversos trâmites processuais e administrativos que ocorrem cada vez mais no meio *on-line*.



DOMÍNIO ÚNICO

DA REDE DO JUDICIÁRIO

TRAZ PRATICIDADE

E MELHORIAS

Ao ligar o computador, o magistrado ou servidor do judiciário estadual precisa realizar a autenticação de rede, ou seja, inserir o usuário e senha para acessar a máquina. O hábito corriqueiro acontece automaticamente todos os dias, sem problemas, até que um magistrado, por exemplo, tenta “logar” na rede em outra comarca.

Até então, os domínios de rede não eram unificados, gerando dificuldades como estas, dentre outras situações. Assim, sempre que um magistrado ou servidor estivesse em outra comarca, ele precisaria pedir para um colega autenticar a rede para ele ou solicitar um novo usuário e senha. Pensando em facilitar este processo e, conseqüentemente, melhorar outras questões, a Tecnologia da Informação unificou os domínios de rede.

Atualmente, 49 comarcas e todos os juizados especiais da Capital já estão com um domínio único, o que representa em torno de 2.350 computadores e mais de 2.700 usu-

ários. Com esta unificação, procedimentos antes mais trabalhosos agora são simplificados, por exemplo, as atualizações dos sistemas operacionais, necessárias para diminuir a vulnerabilidade e também os problemas de funcionamento. Restam apenas a centralização de quatro comarcas, do Fórum de Campo Grande e Tribunal de Justiça que serão concluídos ainda neste 2º semestre de 2010.

Outra vantagem foi a unificação das senhas dos administradores locais. Assim, é possível alterar periodicamente as senhas (o que é recomendável em termos de segurança) diretamente do Tribunal. Aliás, com a rede unificada, é possível ter um acesso mais rápido aos usuários e máquinas de cada comarca.



RESOLUÇÃO DEFINE

PLANEJAMENTO

DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM MS

Foi publicada no dia 8 de abril de 2010 a Resolução nº 566, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, para o quinquênio 2010-2014.

A Resolução atende uma deliberação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, por meio da Resolução nº 99, determinou aos tribunais brasileiros a elaboração de planejamentos estratégicos de tecnologia da informação para um período mínimo de 5 anos, alinhados ao Plano Estratégico Nacional de Tecnologia da Informação.

De acordo com a Resolução, três pontos principais foram considerados durante o Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação: onde se está, para onde se quer ir e como chegar lá. Importante salientar que os planos, metas, projetos e ações decorrentes do planejamento serão avaliados e revistos periodicamente, com objetivo de identificar e antecipar estratégias, bem como as necessidades institucionais.

As metas estipuladas na Resolução são ambiciosas: além de atualizar a versão do PETI para 2011, 2012, 2013 e 2014, pretende-se criar a Comissão de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário de MS, elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), alinhar as ações do PETI com o planejamento orçamentário e, ao mesmo tempo, atualizar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação.



NOVA INTRANET

FACILITA COMUNICAÇÃO INTERNA

E VALORIZA SERVIDOR

Uma das principais ferramentas de trabalho dos servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul foi repaginada no mês de julho de 2009. A nova intranet tem o objetivo principal de valorizar o servidor e tornar-se um canal eficaz de comunicação interna. A mudança visa proporcionar maior agilidade na busca de informações, aumentar a produtividade; aumentar a comunicação entre os servidores; concentrar as informações em um único ca-

nal; e elevar a Intranet para categoria de Portal Corporativo.

No dia 4 de junho de 2010, a Intranet do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul foi a vencedora na categoria 'Conteúdo Web' na 8ª edição do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, em que foram premiados trabalhos das assessorias de comunicação dos órgãos da justiça.

Apresentação - A nova intranet do judiciário sul-mato-grossense possui uma estrutura lógica e visual. Foi definido um novo *layout*, implantadas novas funcionalidades e a estrutura anterior foi adaptada às novas funcionalidades projetadas. Após a realização de um estudo sobre usabilidade e uso de cores adequadas para ambientes utilizados repetidas vezes, foi utilizada como padrão a cor azul, proporcionando um maior conforto visual em um ambiente frequentemente acessado.

Os itens mais importantes estão localizados na coluna central e são fixos. Na página inicial fotos de servidores são exibidas no topo da intranet de forma randômica para valorização e interesse do serventuário por este canal de comunicação. Ao utilizar conceitos modernos de portais da *Web*, a página permite que o usuário personalize o conteúdo de sua página com os assuntos de seu interesse, além de disponibilizar ferramentas de busca para facilitar a navegação pela página e integração da caixa de *e-mail* corporativo do servidor.

Os sistemas da nova intranet são desenvolvidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação e o conteúdo principal é alimentado diariamente pela Secretaria do Gabinete da Presidência (Departamentos de Jornalismo e Relações Públicas).





VIRTUALIZAÇÃO

DOS SERVIDORES DE REDE DO JUDICIÁRIO OTIMIZA ESPAÇO E GASTOS

Com a virtualização dos servidores de rede, cada vez menos computadores do judiciário comportam um número maior de servidores. A ação buscou a redução de espaço físico e gastos com energia e com a manutenção das próprias máquinas. Isso quer dizer que num único computador-servidor existem diversos outros servidores virtuais instalados e em funcionamento.

Com esta medida é possível que um único servidor físico comporte servidores virtuais de sistemas operacionais diferentes, como *Windows* e *Linux*.

Um servidor virtual não mais é do que um arquivo. Com isso, se ocorrer um problema com este servidor, em questão de 10 minutos é possível colocar outro servidor em funcionamento para substituí-lo. Caso fosse físico, dependendo do problema, a solução poderia demorar até uma semana.

Neste universo de servidores virtuais, há bastante flexibilidade. Até mesmo a memória e processamento podem ser alterados, conforme a necessidade. Com a virtualização houve também um melhor aproveitamento de recursos de *hardware*.

O processo de virtualização de servidores na justiça sul-mato-grossense foi um dos avanços neste biênio 2009/2010. Como exemplo, podem-se citar os servidores do SAJ/WTS, em que houve a redução de 19 servidores físicos para 10 virtuais, com uma melhora significativa na disponibilidade deste serviço.

Atualmente, são cerca de 50 servidores virtuais em produção em apenas três físicos. Exemplos de aplicativos virtuais são o servidor de impressão do Tribunal, do MSN Corporativo e o Servidor da Catraca Eletrônica.

A virtualização de servidores é uma nova tendência na área de Tecnologia da Informação, pois diversas vantagens derivam desta atitude, como redução de espaço físico na sala de servidores, redução do consumo de energia, e economia com manutenção de *hardware*, com licenças de sistemas operacionais.

SOLUÇÕES DE

SEGURANÇA

DÃO MAIS PROTEÇÃO AOS DADOS DO JUDICIÁRIO



De 2009 para cá o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul investiu na aquisição de uma série de novos equipamentos e sistemas de segurança. Tudo para evitar o transtorno de invasões nas máquinas do judiciário de vírus, usuários não permitidos, como também demais programas nocivos. A gradativa instalação destas ferramentas proporciona um ambiente o mais estável possível para magistrados e servidores.

Parte destas aquisições são ferramentas mais avançadas de soluções de segurança já existentes, como os filtros de conteúdo da *web* e *anti-spam* (bloqueio de *e-mails* indesejados). Programas ultrapassados estão, no mês de julho, sendo substituídos por aplicativos mais modernos e eficazes. Trata-se, pois, do aperfeiçoamento de um serviço já existente.

De outra parte, questões de segurança ainda não implementadas no judiciário estadual começam a ser instaladas. Em especial dois aplicativos novos cujo grande propósito é garantir a integridade e a confidencialidade dos documentos, nos casos previstos em lei. Assim, são ferramentas que impedem acessos e cópias não autorizadas e também o vazamento de informações.

TJ TESTA SOLUÇÃO PARA

GRAVAÇÃO EM ÁUDIO E VÍDEO E TRANSCRIÇÃO ELETRÔNICA

Está em funcionamento um projeto piloto de transcrição eletrônica dos áudios das audiências que pretende ser implantado no Poder Judiciário estadual. Juntamente, testes de gravação em áudio e vídeo estão sendo feitos na 1ª Vara Criminal da Comarca de Campo Grande e na Vara Única de Bandeirantes e, no Tribunal, ocorre a transcrição eletrônica dos áudios destas gravações.

O intuito é substituir o método de estenotipia em que o trabalho é feito manualmente para um *software* que executa a tarefa sem intervenção humana. Com isso, há uma grande redução no tempo para execução da tarefa, além da economia de recursos.

Hoje o serviço de estenotipia é disponibilizado para 42 varas e três auditórios da Secretaria do Tribunal de Justiça que já contam com acompanhamento em tempo real e prazo

de entrega das transcrições em até 72 horas, nas quais o juiz ouve as partes do processo, e o áudio é transcrito por estenotipia computadorizada e disponibilizado no processo.

Os testes para a mudança do serviço originaram-se de uma visita ao Tribunal Regional do Trabalho do Paraná que faz uso da tecnologia de gravação em áudio e vídeo com a transcrição eletrônica das falas, por meio de um programa que transforma em texto os diálogos.

Como solução para Mato Grosso do Sul, o projeto piloto está realizando a gravação no próprio SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e enviando o arquivo para o sistema de transcrição da fala. A rapidez de resposta é tamanha que, por exemplo, numa gravação de cinco minutos a transcrição leva, no máximo, 10 minutos para ser finalizada.

O processo ainda está em fase de aprimoramento, porque o programa precisa ser alimentado com uma base de conhecimento que atenda a necessidade do judiciário estadual e também será necessária a capacitação de servidores e magistrados para que mais esta facilidade tecnológica possa, de fato, ser implementada no Estado.



PONTO ELETRÔNICO

INTEGRA TODAS AS COMARCAS
DE MS

Em março de 2009 entrou em funcionamento o sistema de ponto eletrônico em todas as comarcas de Mato Grosso do Sul. O sistema substituiu os relógios de ponto existentes em Campo Grande, Dourados e Aquidauana, e foi implantado nas demais comarcas do interior que preenchiam manualmente a folha de frequência.

O sistema reduziu os problemas enfrentados com o relógio de ponto, como falhas na leitura de digitais e perda de digitais registradas. A manutenção e o sistema dos antigos relógios eram terceirizados, e hoje tudo é feito pela Secretaria de Tecnologia da Informação, o que representou uma expressiva economia.

Com o ponto eletrônico, a atualização de dados é feita em tempo real, por meio da integração com o sistema já existente da Gestão de Pessoal. O *software* também permite que o servidor registre seu ponto em qualquer comarca, pois o sistema cadastra as impressões digitais e elas são sincronizadas entre todas as máquinas, de forma que o sistema, como um todo, reconhece as informações cadastradas na central em Campo Grande.

Outro benefício é o menor custo tanto de aquisição quanto de ma-

nutenção do programa para o TJMS, pois a manutenção e o sistema dos relógios eram terceirizados, o que gerava gastos extras como com a assistência técnica.

Além disso, o custo de cada relógio de ponto que era utilizado girava em torno de R\$ 4.000,00, e as leitoras de impressão de digitais custavam aproximadamente R\$ 400,00. Com o novo sistema, a economia também pode ser percebida pelo fato de que, para funcionar, o sistema depende apenas da leitora de impressões digitais e de um computador, e os gastos com aquisição de máquinas não são necessários, porque a equipe da Informática do Tribunal faz uso de equipamentos mais antigos, que foram trocados recentemente.



VARAS CÍVEIS DIGITAIS

PROPICIAM CELERIDADE PROCESSUAL

E ntraram em funcionamento no dia 20 de julho de 2009 as quatro varas cíveis digitais (17ª, 18ª, 19ª e 20ª) no Fórum de Campo Grande. Na ocasião, o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins, realizou a primeira distribuição dos

processos. As novas varas foram as primeiras da justiça comum estadual em que tramitam processos 100% digitalizados.

O presidente do TJ enfatizou que a informatização da justiça é um caminho sem volta e destacou ainda que as ações da administração do

TJMS estão voltadas para que o judiciário de Mato Grosso do Sul seja o número um em todos os quesitos dentre os demais tribunais do país.

As varas têm competência privativa para as tutelas jurisdicionais de conhecimento que tenham por base, ressalvadas algumas exceções, contratos bancários de modo geral, tais como declaratórias, revisional de contrato, consignação em pagamento, cobrança, restituição de pagamento indevido e de indébito, rescisão de contrato, anulatória e nulidade.

Também estão incluídas na competência as medidas cautelares relativas a contratos bancários (ex: exibição de documentos); contratos com alienação fiduciária em garantia, isto é, contratos de financiamento, cheque especial, crédito rotativo, cartão de crédito, crédito consignado em folha, conta poupança (planos econômicos), conta corrente etc.; além de busca e apreensão (até mesmo as convertidas em ação de depósito) e rescisão de contrato com reintegração de posse (*leasing*).

A criação das quatro varas digitais surgiu em razão de estudos que detectaram que os processos referentes aos contratos com instituições financeiras, em razão do número de feitos, eram responsáveis por grande parte da morosidade nas varas cíveis residuais. Com a digitalização destes feitos, tem-se não apenas a redução na demanda das demais varas cíveis, como a tramitação deste grande fluxo de ações por um meio que permite maior agilidade na sua movimentação.



Processos tramitam exclusivamente no meio eletrônico

REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA E LEGISLAÇÕES AGORA SÃO *ON-LINE*

Desde o dia 18 de novembro de 2009 a Revista Trimestral de Jurisprudência do TJMS é disponibilizada somente no meio *on-line*. Além de permitir a veiculação do conteúdo da Revista em menor tempo, a medida garante economia de papel e demais recursos gastos com a impressão e remessa postal do material.

A exemplo do Diário de Justiça, sua única versão agora é digital, e pode ser acessada gratuitamente pelo *site* do Tribunal. Assim, ganha-se um alcance infinitamente maior, tendo em vista que está disponível na rede mundial de computadores em apenas um *click*. A democratização da revista também permite que os usuários possam salvar o arquivo em seus próprios computadores.

O lançamento da revista eletrônica é um marco na história da justiça sul-mato-grossense, que passou a disponibilizar trimestralmente na rede mundial de computadores uma rigorosa seleção de doutrina e jurisprudência de assuntos contemporâneos.

Legislações - O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul disponibiliza, em versão *on-line*, sete publicações sobre legislação, que podem ser consultadas pela página do TJ na internet. Além de facilitar o acesso ao material para advogados, servidores, magistrados e o público em geral, a

medida faz parte das ações do Sistema de Gestão Ambiental, que está promovendo uma série de mudanças em prol da preservação ambiental, economia de recursos e otimização do tempo na justiça estadual.

Podem ser consultados pela internet a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, o Código de Organização e Divisão Judiciárias, o Estatuto dos Servidores Cíveis e Criminais, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, o Regimento da Secretaria do Tribunal de Justiça, o Regimento Interno do Tribunal de Justiça e o Plano de Car-

gos e Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário. Outra legislação que será digitalizada é o Código de Normas da Corregedoria.

Os livros eletrônicos trazem a lei principal e todas as demais resoluções e leis complementares sobre o tema. A versão *on-line* possibilita marcadores e *links* que facilitam a localização rápida dos assuntos.

Gradativamente, o intuito é eliminar as versões impressas, a exemplo do Diário da Justiça e da Revista de Jurisprudência.

A digitalização de todas estas legislações é resultado do projeto Publicação Virtual de Legislações do Poder Judiciário de MS, que teve início em setembro de 2009 para gerar economia de impressões, as quais, segundo levantamento, têm um custo anual de mais de R\$ 30.000,00 para o Tribunal de Justiça.

Outro ponto importante é de que estas publicações eletrônicas são diariamente atualizadas pela Coordenadoria de Legislação. Com a publicação impressa, esse resultado levava no mínimo quatro dias. Benefícios para os membros e servidores do judiciário, advogados, estudantes de direito, e o cidadão comum.



TABELAS UNIFICADAS

SÃO IMPLANTADAS EM MATO GROSSO DO SUL

Desde o dia 22 de abril de 2010, os processos que ingressam no judiciário sul-matogrossense são padronizados nacionalmente. A novidade é resultado da implantação das Tabelas Unificadas, em atendimento à Resolução nº 46 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que visa a padronização da terminologia utilizada na classificação dos processos, por movimentação, fase processual, assunto e partes.

Hoje, os processos são distribuídos de acordo com três tabelas: uma de Assuntos Processuais, que padroniza pelo cadastro das matérias ou temas discutidos nos autos; a segunda de Classes Processuais, usada para classificação do procedimento judicial ou administrativo adequado ao pedido da parte; e a outra, a de Movimentações Processuais, a qual está estruturada em níveis.

A intenção da utilização das Tabelas Unificadas é igualar procedimentos em todo o Brasil e isso significa que uma ação anulatória de ato jurídico será assim denominada na justiça de Mato Grosso do Sul, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Amapá e mais: não só em âmbito estadual, mas também nas esferas federal, do trabalho, militar, enfim, a padronização atingirá a justiça em todo o país.

Antes da implantação desta nova forma de trabalho, a classificação dos processos na justiça sul-matogrossense era feita de acordo com a tabela definida pela Corregedoria-Geral de Justiça, disponível no Sistema de Automação da Justiça (SAJ). Agora o assunto é denominado apenas de direito civil, de família, e rescisão de contrato, que tem um nível de detalhamento importante para gerar dados estatísticos e analíticos para a gestão do Poder Judiciário.

Dentre os objetivos da uniformização das terminologias estão a

melhoria do controle de prevenção e distribuição processual por competência em razão da matéria; a possibilidade de geração de análises estatísticas mais precisas e detalhadas (essenciais ao planejamento estratégico do Poder Judiciário), além da possibilidade de aproveitamento, nas instâncias superiores, das informações processuais dos sistemas de primeira instância.



TRANSPARÊNCIA

Desde o dia 04 de fevereiro de 2010 está disponível no portal do Tribunal de Justiça de MS o *link* Transparência. Os dados demonstrados foram definidos na Resolução nº 79, de 09 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No *link* estão disponibilizados os relatórios de pagamento a fornecedores, as receitas arrecadadas, os relatórios trimestrais de gestão fiscal, a relação de veículos oficiais e o conteúdo referente à Resolução nº 102 do CNJ.

Esta resolução foi editada com o objetivo de complementar a Resolução nº 79, e definiu que os dados sejam expostos com mais detalhes, abrangendo mais informações como salários, estrutura remuneratória, origem funcional dos ocupantes dos cargos em comissão; quantitativo de servidores e relação de membros da magistratura, demais agentes públicos e empregados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão.

Apresentação - O *link* Transparência é um canal de acesso a informações administrativas, financeiras e orçamentárias do Poder Judiciário de MS, em cumprimento ao disposto no art. 37, caput e parágrafo 1º, da Constituição Federal; art. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4

de maio de 2000, com as alterações efetuadas pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009; e Resolução nº 79, de 09 de junho de 2009, do CNJ, que dispõe sobre a transparência na divulgação das atividades do Poder Judiciário brasileiro em atendimento aos dispositivos legais citados.

Como uma das metas da atual administração contemplada no Planejamento Estratégico 2010/2014 e aprovado pela Resolução nº 562, de 9

de dezembro de 2009, o *link* Transparência está alicerçado nos princípios inerentes à administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O *link* está em permanente aperfeiçoamento e adequação às novas exigências legais, visando atender as necessidades das demandas internas e externas.



DETERMINAÇÕES DO CNJ

Ao findar sua participação na administração do biênio 2009/2010, o desembargador Elpídio Helvécio Chaves Martins deixa muitos exemplos de que, sob uma visão de futuro, o Poder Judiciário pode ser melhor. Pode atender o cidadão com prestação judiciária eficiente e eficaz.

Desde que assumiu o comando da justiça sul-mato-grossense, Elpídio cumpriu todas as determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Prova disso foi a criação da Coordenadoria da Infância, a realização de mutirões carcerários, da Semana da Conciliação, do Planejamento Estratégico para os próximos cinco anos, da implantação das Tabelas Unificadas, da gestão documental (tabela de temporalidade e descarte), Ecogestão, Portal Transparência e do cumprimento de metas.

O empenho no cumprimento de metas é tamanho, que o Tribunal de Justiça de MS foi homenageado por ocupar a 8ª posição entre os 10 tribunais que apresentaram melhor desempenho no cumprimento das Metas de Nivelamento do Judiciário em 2009. Mato Grosso do Sul alcançou 90,78% e a homenagem foi conferida aos tribunais que cumpriram mais de 90% das 10 metas estabelecidas pelos presidentes dos 91 tribunais.

Essas e outras ações provam que a atual administração esteve empe-

nhada em cumprir as determinações do CNJ, sempre visando o resultado direto na prestação jurisdicional e na satisfação do jurisdicionado, razão de existir do Poder Judiciário. E não foi só isso. Envolvimento e engajamento da magistratura também devem ser destaque.

O Des. Sérgio Fernandes Martins é membro do Comitê Executivo do Fórum Nacional para o Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos, do CNJ, e o juiz auxiliar da presidência, Alexandre Correa Leite, integra a comissão de estudos, instituída pelo CNJ, com vistas a implementar a padronização de obras no judiciário brasileiro. O TJMS representa os tribunais da região Centro-Oeste.

Não se pode esquecer dos 34 Procedimentos de Controle Administrativo (PCAs) e sete Pedidos de Providências (PP) instaurados diretamente em face do TJMS, desde

o início da gestão do Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins. Deste total, 37 estão encerrados e quatro ainda estão em andamento (2 PCAs e 2 PPs). Dos encerrados, nenhum foi julgado procedente. Dos improcedentes, 11 foram indeferidos ou arquivados liminarmente e 26 foram arquivados, indeferidos ou julgados improcedentes depois da resposta do Tribunal de Justiça de MS.

Durante a atual gestão, o quadro da magistratura sofreu muitas alterações para atender as necessidades das 54 comarcas. No que se refere à movimentação na carreira em primeiro grau foram realizados 25 concursos de remoção (incluindo uma classificação) e 32 concursos de promoção.

Diante desse quadro, não há como não afirmar que a justiça distribuída em Mato Grosso do Sul é rápida, eficiente e acessível. E mais: que é a justiça desejada por todo cidadão brasileiro.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DEFINE AÇÕES PARA CINCO ANOS EM MS

No dia 11 de dezembro de 2009 o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul publicou seu planejamento estratégico para o quinquênio 2010-2014. A norma foi aprovada pelo Tribunal Pleno do TJMS em consonância com a Resolução 70, de 18 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que determina aos tribunais brasileiros a elaboração de seus planejamentos estratégicos para um período mínimo de 5 (cinco) anos, alinhados ao Plano Estratégico Nacional.

A resolução atende à necessidade de implementar as diretrizes que irão nortear as ações institucionais de curto, médio e longo prazos no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, as quais propiciarão continuidade adminis-

trativa, por intermédio do planejamento estratégico.

Os planos de gestão, metas, projetos e ações decorrentes do Planejamento Estratégico e seus resultados serão avaliados e revistos periodicamente, com o fim de identificar e antecipar estratégias, assim como as necessidades institucionais.

O Planejamento Estratégico é um processo de formulação de estratégias organizacionais no qual se busca a inserção da organização e de sua missão no ambiente em que atua. O planejamento deve maximizar os resultados e minimizar as deficiências utilizando princípios de maior eficiência, eficácia e efetividade, sendo os principais critérios de avaliação da gestão.

Este planejamento tem como finalidade demonstrar as principais diretrizes de atuação administrativa, onde estão contempladas as mais relevantes, como: missão, valores, visão, objetivos estratégicos e as metas. Com isto o judiciário de Mato Grosso do Sul objetiva cumprir o princípio da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal), que é um princípio constitucional, que, juntamente com outros de igual importância, direciona a administração pública.

Portal - Desde o começo do mês de junho o planejamento estratégico do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul está disponível para consulta no portal do TJMS (www.tjms.jus.br).



Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica apresentou planejamento para o quinquênio 2010/2014

JUDICIÁRIO DE MS É 8º DO PAÍS NO CUMPRIMENTO DAS METAS 2009

No último mês de março, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul foi homenageado pelo Conselho Nacional de Justiça por ocupar a 8ª posição entre os 10 tribunais que apresentaram melhor desempenho no cumprimento das Metas de Nivelamento do Judiciário em 2009. Mato Grosso do Sul alcançou 90,78%.

A homenagem foi conferida aos tribunais que cumpriram mais de 90% das 10 metas estabelecidas

pelos presidentes dos 91 tribunais brasileiros no ano passado. As 10 metas de 2009 visaram dar maior celeridade e eficiência ao Judiciário brasileiro.

O Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins, presidente do Tribunal de Justiça de MS, destacou que esse momento evidencia que, em seus limites, o Poder Judiciário sul-matogrossense está se esforçando para cumprir as determinações do CNJ. “A classificação de 8º lugar, dentre os 91 tribunais brasileiros, é uma

satisfação para magistrados e servidores da nossa justiça”, afirmou o presidente.

Elpídio ressaltou também que dos 10 tribunais apontados pelo alto desempenho, seis são da justiça estadual, e Mato Grosso do Sul está entre os melhores. “Para nós é motivo de orgulho ter cumprido quase todo o percentual no que se refere às metas de 2009”, concluiu.



Dr. Marcelo Rasslan representou o TJMS na entrega da homenagem

AUMENTA

QUADRO DE JULGADORES

No mês de maio de 2009 foi publicada a lei que criou dois cargos de desembargador no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e cargos que permitem o preenchimento dos gabinetes dos novos membros da Corte.

Com as alterações, o Tribunal de Justiça tem 31 desembargadores, que compõem o Tribunal Pleno. A partir da mudança, fazem parte da Seção Criminal todos os membros das Turmas Criminais; e as Turmas Criminais são compostas por quatro desembargadores cada uma.

O Tribunal Pleno funciona com a presença de, pelo menos, 21 desembargadores, incluídos o presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral de Justiça.

A lei leva em consideração o disposto na Constituição Federal, que impôs como direito fundamental do cidadão a garantia de uma prestação jurisdicional em prazo razoável, privilegiando a celeridade na tramitação dos processos, que pode ser comprometida se o Poder Judiciário não contar com o necessário aparelhamento para dar atendimento ao crescimento da demanda dos serviços judiciários no Brasil, também em Mato Grosso do Sul.

A norma legal foi de iniciativa do TJMS, tendo em vista que a Lei Orgânica da Magistratura (LOMAM), no artigo 106, prevê que depende do Tribunal de Justiça a proposta de alteração do número de membros do próprio Tribunal. Contudo, em segundo grau, o aumento só pode acontecer se o total de processos distribuídos ao órgão, no ano anterior à proposição, superar o índice de 600 feitos por desembargador, o que ocorre em Mato Grosso do Sul.



TJMS ADOTA

NUMERAÇÃO ÚNICA

DE PROCESSOS

No último dia 7 de junho foi posta em produção a nova numeração de processos no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. O novo formato é composto por 20 algarismos e atende a Resolução nº 65 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata sobre a uniformização do número dos processos nos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências.

A numeração única especifica toda a “vida” do processo desde que é ajuizado na justiça até a finalização de todos os recursos possíveis. Assim, quando se entra com o processo na 1ª instância, gera-se um número que não muda mais, diferentemente do modelo adotado até então, no qual, um único feito, dependendo da quantidade de recursos existentes, possui até três números diferentes de identificação.

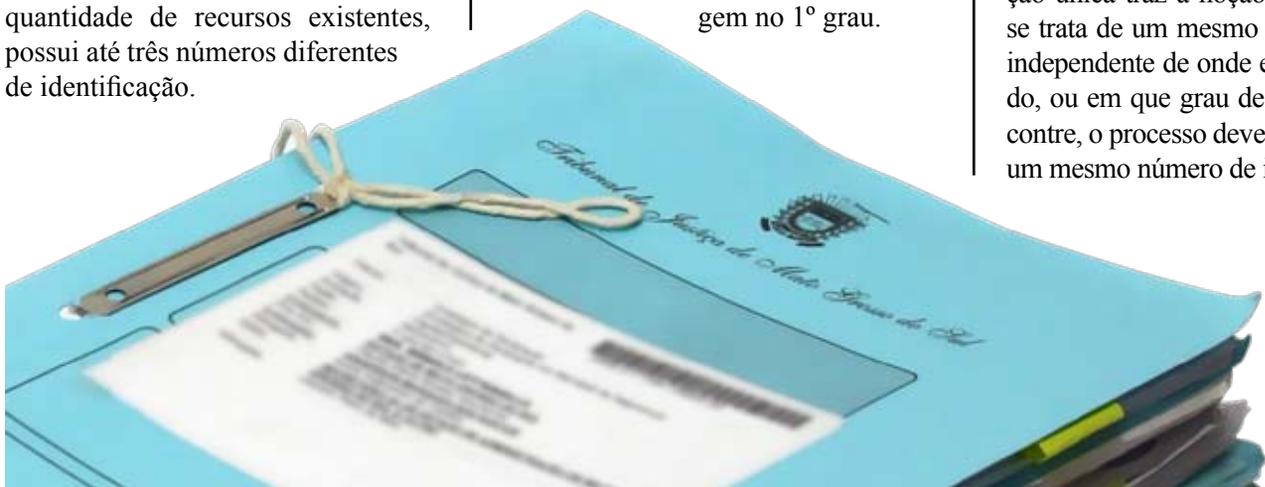
Com a numeração única, o que muda é a instância e a sequência de números é caracterizada da seguinte forma: os sete primeiros algarismos se referem ao número geral do feito gerado pelo próprio sistema; a seguir há dois dígitos verificadores. Os quatro números seguintes identificam o ano do processo e após, há um dígito que caracteriza qual o tipo de justiça (estadual, do trabalho, federal).

Há ainda dois dígitos que indicam qual o Estado e por último, quatro dígitos que se referem à comarca de origem do feito. No caso dos processos que são ajuizados diretamente no Tribunal, como um Habeas Corpus, por exemplo, a 1ª instância deste feito é o próprio Tribunal, por isso, os quatro últimos números são zerados, isto porque, nestes casos, não há comarca de origem no 1º grau.

De acordo com a Secretaria de Tecnologia da Informação, tanto o formato usual quanto a nova numeração única permanecem identificando os feitos no TJMS, e devem permanecer coexistindo por um tempo, pois os processos de 1ª instância ainda estão numerados no formato antigo e se faz necessário manter ambas numerações.

Quanto à consulta processual de 2º grau no site do Tribunal de Justiça, ela já foi adaptada para as mudanças. Com isso, partes e advogados podem optar tanto pela busca do processo pelo número tradicional como também já é possível a consulta processual ser feita pela numeração única. Nos dois casos o feito é localizado para visualização do público.

A lógica da adoção da numeração única traz a noção básica de que se trata de um mesmo caso, portanto, independente de onde esteja tramitando, ou em que grau de recurso se encontra, o processo deve continuar com um mesmo número de identificação.



PROCESSOS JULGADOS EM

1º GRAU EM 2010

SUPERAM MESMO PERÍODO DE 2009

De janeiro a abril de 2010, na justiça de 1º grau em Mato Grosso do Sul foram distribuídos 131.463 processos, 93.243 cíveis e 38.220 criminais. Dos 82.051 feitos que foram sentenciados no período, 62.984 eram cíveis e 19.157 criminais. No início de maio de 2010 estavam em andamento 680.998 processos, conforme dados estatísticos.

No mesmo período de 2009, os processos distribuídos em 1º grau totalizaram 104.635 ações. Foram sentenciados mais de 76 mil feitos. O andamento processual no final do primeiro quadrimestre do ano passado foi de 648.706 processos, dentre cíveis e criminais.

Em âmbito criminal, a elevação do número de processos que ingressaram em primeira instância foi de quase 13% em 2010. Foram sentenciados aproximadamente 2% a mais de processos, e o número de ações em andamento sofreu elevação de quase 10%, o que reforça a urgente necessidade de informatização dos procedimentos cartorários, que já estão em andamento com a virtualização de diversas varas. Com a digitalização destas varas, o trâmite do processo será bem mais ágil.

A distribuição de processos cíveis teve uma elevação de mais de 31% neste primeiro quadrimestre, em relação ao mesmo período de 2009. Foram sentenciados 10% a mais e o número de processos em andamento subiu quase 4%.

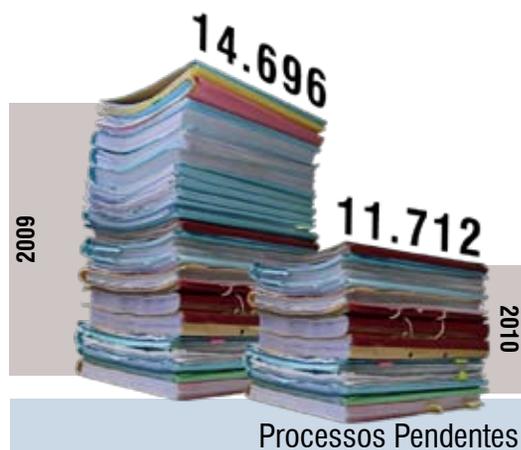


Movimentação Processual - Cível e Criminal

2009		2010	
Distribuídos	104.635	Distribuídos	131.463
Sentenciados	76.000	Sentenciados	82.051

JULGAMENTOS EM 2º GRAU

AUMENTAM EM MAIS DE 13%



Processos Pendentes



Processos Distribuídos



Processos Julgados

Relatório da Secretaria Judiciária acerca do 1º quadrimestre de 2010 aponta uma distribuição de novos processos no TJMS 9,6 % maior do que o mesmo período no ano anterior. Enquanto nos quatro primeiros meses de 2009 ingressaram em 2º grau 14.225 ações, no mesmo período deste ano o número saltou para 15.593 feitos.

Quanto aos processos julgados, a elevação na produtividade dos magistrados foi de 13,4%. No primeiro quadrimestre de 2010, foram julgados 16.174, enquanto no mesmo período de 2009 haviam sido julgados 14.265 feitos.

Houve uma redução de mais de 20% no número de processos pendentes de julgamento. Em janeiro de 2009, havia 14.696 processos pendentes de julgamento, e em janeiro de 2010 este número diminuiu para 11.712 processos. No período de fevereiro de 2009 a 30 de abril de 2010 foram julgados 60.955 processos.

Os dados fornecidos dizem respeito às Turmas, Seções, Plantão e Órgão Especial, estando excluídas a Presidência e a Vice-Presidência.

Admissibilidade de recursos

- Os recursos especiais e extraordinários também aumentaram expressivamente. No período de fevereiro de 2009 até abril de 2010, a Vice-Presidência admitiu 132 recursos extraordinários e negou 1.090. Em relação aos recursos especiais, 1.265 foram admitidos e encaminhados ao STF e 4.854 tiveram seguimento negado.

Com a migração para o meio eletrônico e automatização de serviços, em breve deixarão de ser feitas muitas rotinas arcaicas na distribuição de processos, como a tarefa de numerar páginas.

SAJ

ESTATÍSTICA

FACILITA A
COLETA DE
DADOS

Para facilitar a coleta de dados estatísticos, no judiciário de MS foi instituído neste ano o novo sistema de estatística do TJMS – SAJ Estatística, gerido pela Coordenadoria de Estatística, cujos dados processuais são informados nas comarcas. A iniciativa tem o objetivo de eliminar a burocracia e padronizar os procedimentos em relação à coleta dos dados estatísticos para análise e disponibilização das informações no âmbito da justiça estadual e repasse ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Por meio do Provimento nº 202, de 05 de maio de 2010, do Conselho Superior da Magistratura, o SAJ Estatística foi definido como o sistema único para o gerenciamento dos dados estatísticos do TJMS.

O sistema integra os dados tanto do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) PG3 quanto do PG5, e sua atualização é feita semanalmente pela equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). Ele possibilita o gerenciamento dos dados de forma individualizada, ou seja, por vara, e a geração de relatórios estruturados por períodos. Com ele é possível aferir a produção do magistrado e os dados estatísticos do movimento forense, o que reforça a necessidade da correta alimentação do sistema.

O SAJ Estatística trabalha com o banco de dados do tipo *data warehouse*, que é um sistema de computação utilizado para armazenar informações relativas às atividades de uma organização de forma consolidada. O desenho da base de dados favorece os relatórios, a análise de grandes volumes de dados e a obtenção de informações estratégicas que podem facilitar a tomada de decisão.



DOZE VARAS CÍVEIS DA CAPITAL SÃO DESMEMBRADAS

A exemplo da divisão física da 3ª e 11ª Varas Cíveis e da 2ª e 10ª Vara Cíveis da Capital, no mês de maio de 2010 foram divididos fisicamente os cartórios das varas cíveis da Comarca de Campo Grande em que duas varas ainda funcionavam no mesmo espaço físico. Assim, foram separadas a 1ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Varas Cíveis da 9ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis, respectivamente. Como resultado, foram divididos seis dos espaços onde estas funcionavam, transformando-se, assim, em 12 locais físicos para abrigar cada uma das varas mencionadas.

Em 2008, a Resolução 550 criou oito novas varas cíveis de competência residual na Comarca de Campo Grande. A medida visava desafogar as varas cíveis do Fórum e trazer agilidade para o andamento dos feitos. Embora estas varas criadas já existissem, ainda não havia sido promovido o desmembramento físico de todas elas, com a divisão dos cartórios e a efetiva separação dos processos de cada juiz titular.

Com a separação, as varas agora contam com estrutura, servidores e cartório próprios. Foram convocados 43 novos servidores, aprovados no último concurso público realizado pelo TJMS, os quais foram lotados nas Varas Cíveis Residuais e receberam

treinamento específico na Escola de Servidor.

As medidas não apenas visam reduzir os feitos em tramitação nas varas cíveis residuais de Campo Grande, e com isso agilizar a prestação jurisdicional, ganhar uma estrutura adequada para cada uma destas varas cíveis, mas também são uma forma de viabilizar a futura digitalização dos processos em todos estes locais.



Banner com a localização dos novos cartórios no Fórum de Campo Grande



Presidente do TJ, Des. Elpídio, e juiz titular da 9ª Vara Cível, Maurício Petruski, na preparação para a divisão dos cartórios

CORREGEDORIA

IMPLANTA SÉRIE DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E MELHORIAS AO PÚBLICO

Ao longo da atual administração, a Corregedoria-Geral de Justiça do TJMS esteve à frente de inúmeras iniciativas e projetos. Os trabalhos correicionais em 2009 foram realizados em seis comarcas. Em 2010 foram realizadas outras 21 correições, totalizando 27 correições judiciais.

No extrajudicial, em 2009 foram realizadas correições ordinárias extrajudiciais em 48 serventias. Neste ano de 2010, até o mês de maio já foram feitas outras 16 correições no extrajudicial. Além disso, foi determinada a intervenção no Serviço Notarial e de Registro Civil de Nioaque, e correição extraordinária no mesmo serviço após a intervenção.

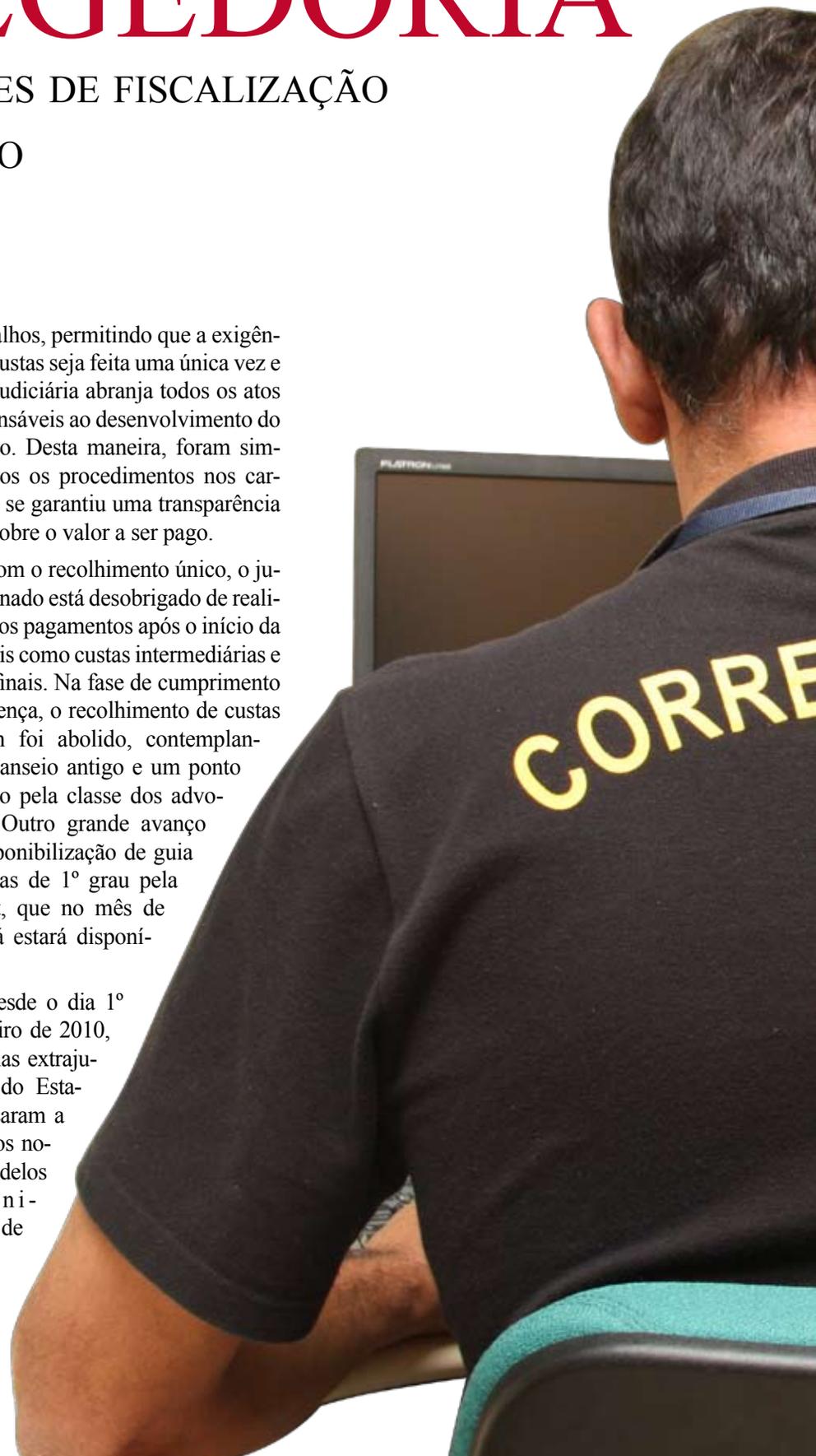
De janeiro a maio de 2010, foram expedidos 18 provimentos sobre questões relacionadas ao serviço extrajudicial, isto sem mencionar os demais provimentos. Numa análise quanto a adoção de novas tecnologias, destaca-se o sistema SIG-EX, que desde sua implantação, em julho de 2009, gerou um aumento na arrecadação do FUNJECC no ano passado de cerca de 20%. Neste ano, o incremento apurado após a adoção do sistema já atinge mais de 22%.

Em fevereiro de 2010 o judiciário estadual colocou em prática o novo método de recolhimento de custas processuais, a partir das alterações promovidas pela Lei Estadual 3.779/09. A nova sistemática facilitou

os trabalhos, permitindo que a exigência de custas seja feita uma única vez e a taxa judiciária abranja todos os atos indispensáveis ao desenvolvimento do processo. Desta maneira, foram simplificados os procedimentos nos cartórios e se garantiu uma transparência maior sobre o valor a ser pago.

Com o recolhimento único, o jurisdicionado está desobrigado de realizar novos pagamentos após o início da ação, tais como custas intermediárias e custas finais. Na fase de cumprimento de sentença, o recolhimento de custas também foi abolido, contemplando um anseio antigo e um ponto criticado pela classe dos advogados. Outro grande avanço é a disponibilização de guia de custas de 1º grau pela internet, que no mês de julho já estará disponível.

Desde o dia 1º de janeiro de 2010, serventias extrajudiciais do Estado passaram a adotar os novos modelos padronizados de



certidões de nascimento, casamento e óbito. A medida, estabelecida por meio do Provimento nº 3 editado pela Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2009, visa evitar falsificações dos registros de nascimento, além de reduzir o número de crianças não registradas.

Conforme a Corregedoria-Geral de Justiça, em Mato Grosso do Sul, desde que a norma foi editada, começou-se um trabalho de orientação e repasse de informações às serventias extrajudiciais do Estado quanto às alterações e adaptações necessárias. Esta ação foi intensificada no mês de dezembro, véspera das novas regras entrarem em funcionamento.

Outro ponto que merece destaque nas ações implementadas e n -



Reunião para a normatização da Certidão Indígena

tadas pela Corregedoria foi a edição do Provimento nº 12/09 que implantou o COMVEN (Comunicação Eletrônica de Venda de Veículos). Na prática, foi autorizada a implantação de um sistema que interliga as Serventias de MS e o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) que permite, em tempo real, a comunicação de venda de veículo, oferecendo garantias tanto ao comprador quanto ao vendedor.

No campo da conquista da cidadania, foi editado o Provimento nº 18/09, que permite o registro de certidão de nascimento do indígena, mesmo que não tenha a identidade fornecida pela Funai. A inovadora norma permite que o indígena registre também no documento, em campo específico, o seu nome étnico.

Outra realização da Corregedoria foi a reabertura de concurso para provimento de cargos e remoção dos cartórios extrajudiciais. Além disso, o TJMS implantará o leilão eletrônico, regulamentado pelo Provimento nº 184, de 24 de setembro de 2009, para permitir a alienação pela internet. O novo sistema irá imprimir maior eficácia à realização de leilões, facilitará o acesso aos interessados, barateando o processo

licitatório, agilizando as execuções e potencializando as arrematações, dentre outras vantagens.

De acordo com o juiz auxiliar da Corregedoria, Ruy Celso Barbosa Florence, ainda neste ano de 2010 deve ser implantado o manual do plantão com todas as informações necessárias para que o juiz de plantão possa atender as urgências, sem depender da abertura dos prédios dos Fóruns ou do Tribunal de Justiça. “O magistrado terá mais liberdade, podendo atuar da própria casa, independentemente da utilização do SAJ. O manual deverá vir em um *pen-drive* contendo modelos de documentos, por exemplo: alvará de soltura, autorização de viagem, entre outros”, afirmou o magistrado.

REGEDORIA



Audiência pública do concurso extrajudicial

ECOGESTÃO:

PRÁTICAS TRAZEM ECONOMIA, PRESERVAÇÃO E RAPIDEZ

Em Mato Grosso do Sul, no ano de 2009 foi instituído o grupo Ecogestão para gerenciar e organizar as práticas adotadas na justiça estadual a fim de propor melhorias que garantam a preservação do meio ambiente, economia de investimentos na máquina judiciária e rapidez nas rotinas de produção.

No dia 7 de junho de 2010 foi lançado o portal da Ecogestão, local onde é possível acompanhar as ações, projetos, dicas, *links* e até depoimentos do que está sendo desenvolvido em prol do meio ambiente no judiciário de MS.

Diversas práticas já estão em funcionamento. Uma delas é adotada pela Secretaria de Obras, que desenvolve seus projetos de novos prédios e construção de anexos com a colocação de torneiras automáticas, cujo funcionamento por pressão fornece água de maneira inteligente, por tempo limitado; isso representa uma economia de até 40%.

A reciclagem de papel também é outra ação, por meio da separação do papel, de todos os gabinetes e secretarias

do TJ. O material é coletado por uma empresa de reciclagem e o valor obtido com a venda é revertido para o Cotelengo Sul-Mato-Grossense, instituto que cuida de crianças com paralisia cerebral. Além disso, outro exemplo de reciclagem de papel é o Fórum de Dois Irmãos do Buriti, que doa o material para as mulheres que formam a Associação Buritense de Agentes de Recicláveis. Mais um exemplo de reciclagem foi o descarte de mais de 85 mil processos dos Juizados Especiais de Campo Grande, atendendo a política de Gestão Ambiental adotada pela Instituição.

O projeto do prédio anexo do Tribunal de Justiça procurou local as alterações necessárias

com o mínimo de intervenção possível ao meio ambiente, além de adoção de técnicas de remanejamento de árvores. O mesmo cuidado é tomado na construção dos prédios da justiça no interior do Estado.

A implantação de novas tecnologias, como o processo digital em Mato Grosso do Sul, gera uma redução drástica no uso do papel. A informatização atinge, aliás, diversas formas de comunicação, como o mensageiro corporativo; a revista de jurisprudência *on-line*, a exemplo do Diário de Justiça; as comunicações administrativas entre as Secretarias e Comarcas que já acontecem no Tribunal e no Fórum de Campo Grande e no interior do Estado, onde os documentos e futuramente também os processos administrativos serão encaminhados e recebidos por meio eletrônico.

A implementação dessas e de outras práticas, além de colaborar com o meio ambiente, resultam em economia para o Órgão e maior agilidade no serviço.



GESTÃO AMBIENTAL TJMS

É PRIORIDADE EM AÇÕES DO

Levando em conta a Recomendação nº 11, de 2007, do Conselho Nacional de Justiça, a qual orientou os tribunais para adotarem políticas públicas em prol do meio ambiente, em junho de 2009, foi criada a Comissão de Gestão Ambiental do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, cuja finalidade era instituir o Sistema de Gestão Ambiental, ato regulamentado por meio da Portaria nº 192, de 5 de outubro de 2009.

O Sistema de Gestão fundamenta-se no tripé básico da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável. O intuito é sensibilizar e incentivar os servidores à adoção de uma postura ecologicamente responsável. Além de estabelecer esta postura, o sistema tem como um de seus grandes focos do trabalho a redução de despesas no judiciário, atendendo assim, necessidades ilimitadas com recursos limitados.

Seus objetivos são reduzir o consumo de papel, por meio da utilização da comunicação eletrônica entre as unidades do judiciário, pelo programa SCDPA (Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativos), além de implantar gradati-

vamente o uso do papel não clorado ou reciclado, tanto para as atividades administrativas quanto para os documentos judiciais. Objetiva, também, evitar as impressões desnecessárias, e adotar obrigatoriamente a impressão em frente e verso.

Também consta no programa a implantação gradativa de capas permanentes e reaproveitáveis para os processos; reduzir o consumo de copos descartáveis e, para tanto, copos de material durável serão entregues aos servidores; reduzir o gasto com energia elétrica, incentivando o hábito de apagar as lâmpadas em locais que não estão sendo utilizados; e reduzir o consumo de água, por meio do monitoramento mensal de consumo e manutenção das instalações hidráulicas dos prédios do poder judiciário.

Também está prevista a implantação do sistema de coleta seletiva em que o material reciclado será doado a instituições beneficentes, além de campanhas, palestras e material de divulgação que incentivem à adoção de atitudes ambientalmente corretas.



Ilumine sua Vida



Desidrate seu Desperdício



Mude seus Hábitos



Recicle suas Ideias



TJMS Sustentável



CONVÊNIO ENTRE

TJMS E ACICG

FACILITA CONCILIAÇÃO EXTRAJUDICIAL

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) e a Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) firmaram, no mês de setembro de 2009, uma parceria para implantação de um Posto de Atendimento e Conciliação Extraprocessual (PACE).

Para o presidente do TJMS, Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins, a união dos esforços auxilia o Poder Judiciário evitando, muitas vezes, que ações sejam ajuizadas. “Com a mediação, a conciliação entre as partes tem como consequência um número menor de ações ajuizadas. Sabemos que essas câmaras de mediação alcançam níveis altíssimos de produtividade. De 70 a 80% dos casos são resolvidos na câmara de conciliação e isso é muito bom para o judiciário”, disse o desembargador.

Pelo acordo, o Tribunal de Justiça treina os conciliadores e facilita a homologação judicial dos acordos. A finalidade da parceria é realizar atendimentos e audiências de tentativa de conciliação extraprocessual, com posterior homologação judicial dos acordos obtidos, garantindo amplo acesso à justiça, contribuindo com a solução de conflitos e com a pacificação social.

A Associação Comercial disponibiliza espaço físico para funcionamento do Posto de Atendimento, in-

clusivo com mobiliário, equipamentos de informática, telefone e materiais de consumo em quantidades suficientes à execução dos serviços.

Na prática, o cidadão que teve seu nome enviado ao SPC, por exemplo, procura o posto de atendimento em busca de acordo. Os conciliadores tentam a composição entre as partes e, se positiva, um juiz homologa o acordo. Isso contribui para que as partes tenham celeridade na resolução de seus conflitos e evita que novas demandas ingressem no Judiciário. Quando o atendimento não pode ser

realizado pelo Posto de Atendimento, as partes são encaminhadas aos órgãos de justiça competente.

A parceria representa um avanço na tentativa de cumprir a aspiração da Justiça Nacional, que busca evitar a judicialização dos conflitos. Com a medida, que atende um anseio do Conselho Nacional de Justiça, evita-se que inúmeros processos sejam instaurados, bem como agiliza a solução das crises sociais, com rapidez e sem os entraves do processo judicial.



Assinatura do convênio do TJMS com a Associação Comercial de Campo Grande



JUDICIÁRIO DE MS CRIA

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

O Tribunal de Justiça instituiu, no mês de março de 2010, a Coordenadoria da Infância e da Juventude em Mato Grosso do Sul. A medida foi adotada nos termos da Resolução nº 94/09, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), considerando-se a prioridade das políticas de atendimento à infância e à juventude, preconizada pelo art. 227 da Constituição Federal.

Assim, ficou criada a Coordenadoria da Infância e da Juventude, como órgão permanente de assessoria da presidência do Tribunal de Justiça, com a finalidade de elaborar e executar as políticas públicas relativas à infância e à juventude, sob o comando do Des. Joenildo de Sousa Chaves, atual presidente da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (Abraminj).

Joenildo fez questão de ressaltar o apoio do Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins, presidente do TJMS, nas questões da infância e juventude. “O atual presidente não faltou e não falhou em nenhum instante em nos apoiar, tanto na Abraminj como na implantação da Coordenadoria. Nossa intenção é criar em MS um centro integrado, a exemplo do que já existe em Belo Horizonte. Um local onde todos os profissionais ligados a essa área fiquem próximos como, por exemplo, as Varas da Infância, a Coordenadoria da Infância, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado (CEJA), a equipe multidisciplinar, enfim, tudo centralizado em um único espaço físico para facilitar o trabalho”, explicou.

Dentre as atribuições da nova coordenadoria estão elaborar sugestões para o aprimoramento da estru-

tura do Judiciário na área da infância e da juventude; dar suporte aos magistrados, aos servidores e às equipes multiprofissionais visando à melhoria da prestação jurisdicional; promover a articulação interna e externa da Justiça da Infância e da Juventude com outros órgãos governamentais e não-governamentais; colaborar para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados e servidores na área da infância e da juventude e exercer as atribuições da gestão estadual dos Cadastros Nacionais da Infância e Juventude.

MUTIRÕES ANALISAM

SITUAÇÃO CARCERÁRIA

EM MATO GROSSO DO SUL

De agosto a novembro de 2009 a situação carcerária esteve em destaque no judiciário de Mato Grosso do Sul. Foram 90 dias de trabalho do mutirão carcerário nas Comarcas de Campo Grande, Dourados, Corumbá, Naviraí, Ponta Porã, Três Lagoas e Paranaíba.

Nesse período, juízes trabalharam exaustivamente para reexaminar os processos de presos provisórios e condenados, inclusive vislumbrando a possibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos; reexaminar processos de cumpridores de medidas de segurança; processos de cumpridores de medidas restritivas de liberdade, provisórias e definitivas, aplicadas pela Varas da Infância e da Juventude; além de processos de presos pendentes de recambiamento, provisórios e condenados, para que sejam imediatamente recambiados os que são de outros Estados.

Durante os três meses de trabalho foram analisados cerca de 8.500 processos, com 1.700 benefícios - destes 500 com presos provisórios e 1.200 com presos condenados. Em uma análise final, um dos pontos encontrados pelos magistrados foi a precariedade dos estabelecimentos penais. Com o raio-x traçado do sistema carcerário estadual, a Corregedoria-Geral de Justiça detectou o que pode ser melhorado no aspecto processual.

Mutirões – Desde fevereiro de 2010, começaram novas etapas do Mutirão Carcerário em âmbito estadual. Em princípio, o trabalho é realizado nas cidades que não foram visitadas pela equipe no ano passado. Nesta etapa estão contempladas as Comarcas de Amambai, Aquidauana, Cassilândia, Bataguassu, Dois Irmãos do Buriti, Jardim e Rio Brillhante.

Grupo de Monitoramento – Em novembro de 2009 foi constituído o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário em MS. Entre as atribuições, os membros do grupo deverão implantar e manter as metas do Projeto Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça.

O grupo também tem a função de planejar e coordenar os mutirões carcerários que devem ocorrer periodicamente na justiça estadual. As irregularidades constatadas nas inspeções dos estabelecimentos penais são acompanhadas pelo grupo, que também deve propor soluções para problemas da superlotação, por exemplo, além de acompanhar projetos de construções e ampliações de presídios em Mato Grosso do Sul.



RESSOCIALIZAÇÃO:

AÇÕES EM MS ATENDEM PROPOSTA DA CAMPANHA

“COMEÇAR DE NOVO”

Destinada a sensibilizar a população para a necessidade de recolocação, no mercado de trabalho e na sociedade, dos presos libertados após o cumprimento de penas, a campanha “Começar de Novo” do CNJ pretende dar mais efetividade às leis de execução penal, diminuindo os índices de reincidência. Para isso, os enfoques da campanha são a qualificação profissional dos internos, ao lado do oferecimento de emprego, os mutirões carcerários, o incentivo a empresas para oferecerem postos de trabalho para egressos e os convênios para oferecer capacitação.

Relatório da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen), referente ao mês de março de 2010, aponta um aumento de mais 45% no total de internos do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul que desempenham atividades laborais, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Em MS, no mês de abril de 2010 foi concluído o segundo curso patrocinado pela Central de Execução de Penas Alternativas (CEPA), ligada à 2ª Vara de Execução Penal (VEP). O primeiro curso realizado foi o de qualificação para trabalhos domésticos, aplicado em convênio com o

SENAC no final de 2009. O Conselho da Comunidade firma os convênios em conjunto com o Patronato Penitenciário para o encaminhamento ao mercado de trabalho.

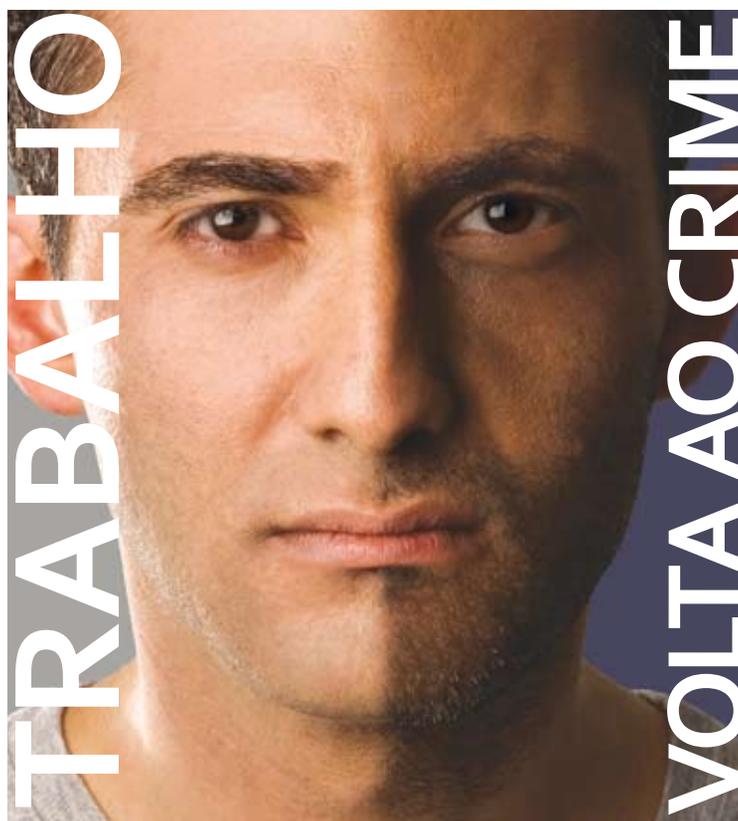
Dentre os projetos custeados pela Cepa para qualificação dos detentos da Colônia Penal Agrícola da Capital, iniciaram-se no mês de junho cursos de pedreiro e pintor de obras.

As qualificações são custeadas com o dinheiro arrecadado de penas pecuniárias, nas quais o réu é sentenciado a desembolsar determinado valor por ter cometido crimes de menor poder ofensivo. A Central de Penas Alternativas (CEPA), responsável por receber estes valores, está reinvestindo este dinheiro das penas pecuniárias na prevenção ao crime, ou melhor, possibilitando qualificação

e emprego para que os detentos possam seguir outro rumo após o cumprimento da pena.

Interior – Dentre as ações no interior, destaca-se a Comarca de Bataguassu que, em conjunto com o Conselho da Comunidade, viabiliza trabalho para quase a totalidade dos internos dos dois presídios que existem na cidade, um feminino e outro masculino.

Na Comarca de Paranaíba o juiz titular da Vara Criminal criou o Projeto Recomeçar, no qual busca-se a ressocialização, onde o próprio magistrado procura oportunidades de emprego para os reeducandos junto às empresas locais.



AJUDE UM EX-DETENTO A FAZER A OPÇÃO CERTA.

Ao conseguir um bom emprego e apoio da sociedade, dificilmente um ex-detento volta ao crime. Acesse www.cnj.jus.br e conheça a Bolsa de Empregos para ex-detentos. Através dela, você pode dar a grande oportunidade para uma pessoa mudar definitivamente de vida. Para melhor.

ERRAR É HUMANO. AJUDAR QUEM ERROU É MAIS HUMANO AINDA.  CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PARCERIA EXTINGUE MAIS DE

25 MIL

FEITOS

DE EXECUÇÃO FISCAL

DE CAMPO GRANDE

Para o presidente do TJMS, Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins, a ação conjunta entre o judiciário e o Executivo Municipal permitiu que se extinguisse uma grande quantidade de processos do Executivo fiscal que estavam paralisados na Vara de Execução. “Foi um significativo avanço na resolução dos problemas da população que estavam pendentes na Vara de Execução Fiscal Municipal. Permitiu-se com o Programa que milhares de processos fossem definitivamente solucionados e, mais que isso, talvez este seja o fator mais importante, porque possibilitou ao cidadão regularizar sua situação perante o fisco municipal. Não fosse essa iniciativa, os devedores dificilmente teriam um caminho para resolver suas pendências”, destacou.

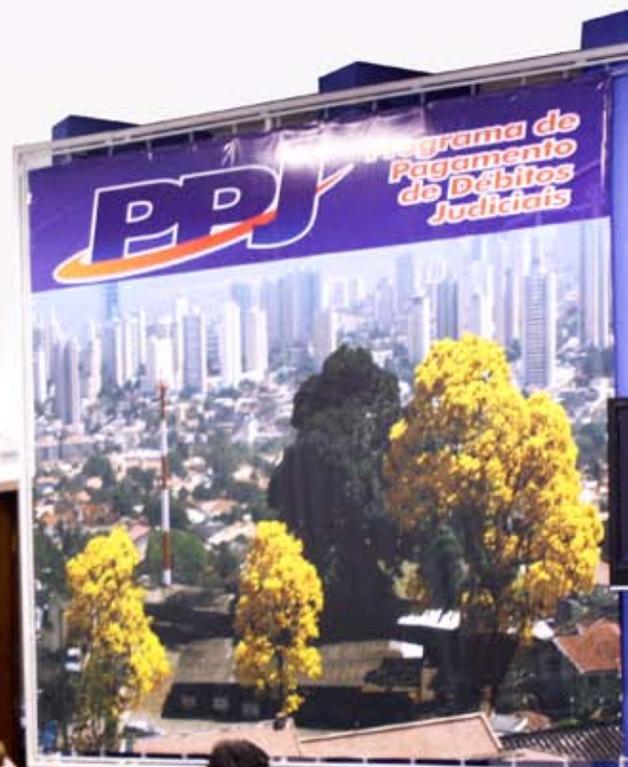
No mês de março de 2009, quando foram iniciadas as tratativas para solucionar os problemas dos executivos municipais, havia 216.028 processos pendentes na Vara de Execução Fiscal Municipal, número que representava 38% do total de processos do Estado de MS.

Várias ações foram adotadas e o empenho e o esforço conjunto de magistrados, procuradores municipais e servidores resultaram na extinção de mais de 25.300 processos na mencionada vara, em apenas sete meses de trabalho.

Dentre as ações realizadas, o cidadão de Campo Grande que responde a algum processo de Execução Fiscal do município teve sessenta dias para quitar o débito, sem juros e ainda com desconto. O Programa

de Pagamento de Débitos Judiciais (PPJ) foi estabelecido por meio de parceria entre o TJMS e a prefeitura, visando a redução da demanda de processos na área de execução fiscal do município.

Com o PPJ, ganhou o contribuinte, com descontos especiais (como 100% de desconto em juros e multa) para quitar o débito e reaver seu crédito; ganhou o município que aumentou sua receita, e pode investir em obras e serviços; além do Poder Judiciário, que já consegue perceber a redução no número de processos.



JUDICIÁRIO ESTABELECE POLÍTICA DE GESTÃO
DOCUMENTAL E DESCARTA MAIS DE

85 MIL PROCESSOS

Publicada em fevereiro de 2010, a Resolução nº 563 instituiu a Política de Gestão Documental do Poder Judiciário de MS. A adoção da medida levou em consideração a necessidade de normatizar os procedimentos de arquivamentos, desarquivamentos, empréstimos, devoluções, organização, conservação e eliminação de documentos administrativos gerados ou recebidos pelo Poder Judiciário Estadual.

Pela norma, todos os documentos devem ser avaliados com base na seguinte classificação: Guarda Eventual (GE), documentos de interesse passageiro, de trato e efeito imediato, cuja temporalidade máxima é de até 2 anos; Guarda Temporária (GT) que são os documentos administrativos e contábeis, ou sujeitos a prazos prescricionais, cuja temporalidade máxima é de até 10 anos; e ainda, os documentos de Guarda Permanente (GP), que são os que assumem valor cultural ou histórico ou demais atributos que extrapolem a finalidade específica de sua criação, sendo as-

segurada a preservação desses documentos por tempo indeterminado.

Com a norma é possível eliminar muitos documentos que estão sobrecarregando os espaços físicos dos arquivos localizado nas comarcas do interior do Estado e na Capital, que estão com temporalidade cumprida, e que podem ser automaticamente eliminados.

Descarte - Os juizados especiais da Comarca de Campo Grande descartaram, em duas etapas, novembro de 2009 e março deste ano, mais de 85 mil autos findos, totalizando mais de 15 toneladas de papel, com todas as cautelas necessárias, não representando assim, risco para a história do Judiciário.

Estes feitos encontravam-se no arquivo e com a temporalidade cumprida por lei, razão pela qual foram selecionados para ser eliminados. A medida atende as políticas de Gestão Documental e Ambiental adotada pelo Tribunal de Justiça e também de otimização da utilização dos espaços físicos do Poder Judiciário Estadual.

A norma de eliminação foi publicada no mês de setembro de 2009 pelo Conselho de Supervisão dos Juizados. A Instrução Normativa nº 18 estabeleceu justamente a política de gestão dos processos arquivados para eliminação física dos autos das ações transitadas em julgado e definitivamente arquivadas, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de primeiro e segundo grau do Estado de Mato Grosso do Sul, levando em consideração a necessidade de preservar as ações judiciais transitadas em julgado de interesse para o patrimônio histórico e o elevado custo no armazenamento de processos findos.

JUDICIÁRIO DE MS INSTALA

JUIZADOS DA FAZENDA PÚBLICA

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em cumprimento à Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009 e atendendo ao que dispõe o Provimento nº 7, da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, instalou, no mês de junho de 2010, em

todas as comarcas do Estado, os Juizados Especiais da Fazenda Pública.

De acordo com a resolução nº 42, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no Estado de MS, em Campo Grande, a 6ª

Vara do Juizado atende as demandas de competência dos Juizados da Fazenda Pública. Em Dourados, são as varas dos juizados especiais cíveis e criminais, por distribuição.

Em Corumbá e Três Lagoas, a demanda

é atendida pelas varas dos juizados especiais e em Aquidauana, pela 1ª Vara Cível.

Ficou definido também que, nas Comarcas de 2ª entrância que não possuem varas especiais dos juizados, as varas com competência para as demandas dos juizados atendem também os casos da fazenda pública. Já nas comarcas de 1ª entrância, os feitos tramitam nos juizados adjuntos.

Os Juizados Especiais da Fazenda Pública começaram a funcionar no Estado de Mato Grosso do Sul no dia 23 de Junho de 2010, com competência limitada às causas de interesse do Estado e dos Municípios no valor de até 40 (quarenta) salários mínimos.

As causas contemplam questões relativas à multas ou penalidades por infrações de trânsito; transferência de propriedade de veículos automotores, quando for requerido ao Departamento Estadual de Trânsito; IPVA; ICMS; ISQN e IPTU.

Não são de competência dos Juizados da Fazenda Pública as ações e causas mencionadas no § 1º do artigo 2º da Lei 12.513/2009, envolvendo as questões de interesse do Estado e dos Municípios, bem como aquelas já atendidas pelas demais Varas da Fazenda Pública.

Os processos que tramitam nas Varas da Fazenda Pública do juízo comum não foram redistribuídos às varas designadas para atender as demandas dos Juizados da Fazenda Pública, conforme dispõe os artigos 22 do Provimento nº 7 da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça e 24 da Lei nº 12.513/2009.

Os feitos em tramitação na 6ª Vara do Juizado da Comarca de Campo Grande foram igualmente distribuídos entre as demais varas do Juizado Central.



IMPLANTADA

CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS EM MS

No Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, existem cerca de 3.400 precatórios, dívidas reconhecidas pela justiça nas quais não cabe mais nenhum tipo de recurso, um impasse que só pode ser resolvido pagando. No mês de novembro de 2009 foi implantada a Central de Conciliação de Precatórios, uma forma de tentar reverter este quadro.

Os esforços da Vice-Presidência, que coordena e supervisiona a Central, pretendem colocar em dia os precatórios de pequeno valor, evitando medidas extremas como o sequestro que ocorre quando não há o pagamento deste precatório, o qual, pela lei, deve ser quitado em até 60 dias.

A Central de Conciliação tenta estabelecer um acordo para liquidar diversos precatórios vencidos e não pagos. As pautas das audiências obedecem à ordem cronológica dos precatórios, valendo-se da última listagem oficial. A exceção prevista é a inclusão na pauta de precatórios com

pedido de sequestro, pelo atraso no pagamento de parcelas ou desrespeito à ordem de precedência, ou ainda, nos casos em que houver pedido de intervenção estadual.

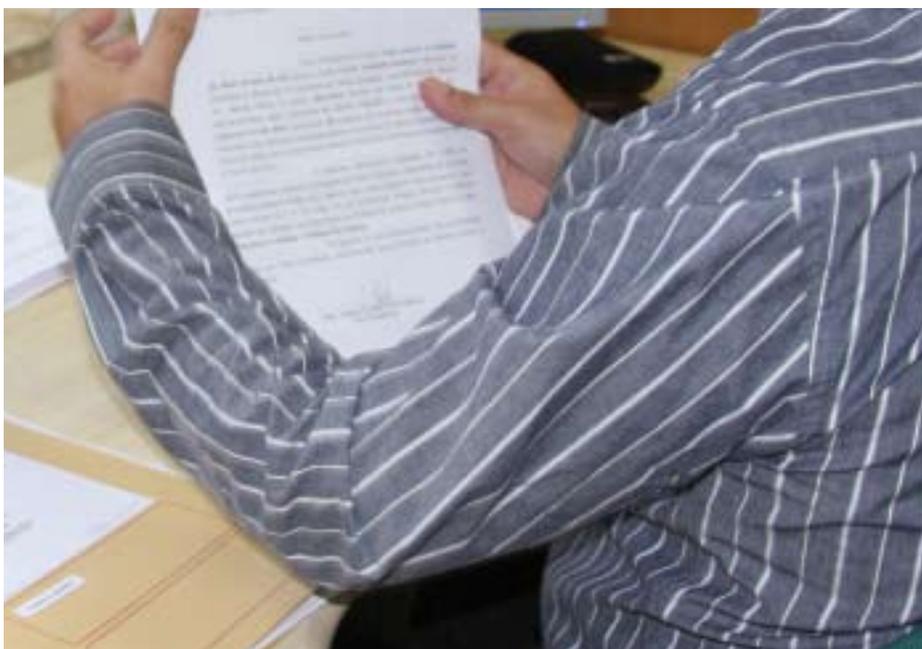
Para a conciliação, as partes podem apresentar seus próprios cálculos e razões que divergem dos dados oficiais. A intimação para comparecer à audiência é feita por via pos-

tal e a tentativa de conciliação pode ocorrer com a presença das partes ou de procuradores legais.

Caso o acordo seja firmado, o precatório é extinto assim que efetivado o pagamento ou ainda, se o valor for parcelado, a Coordenadoria de Precatórios acompanha o cumprimento. No entanto, se não for estabelecida uma conciliação, o precatório é devolvido à Coordenadoria de Precatórios para aguardar o pagamento pela ordem constitucional.

Na Central de Conciliação também são estabelecidos outros trabalhos para sanar as dificuldades de pagamento enfrentadas pela fazenda pública. Uma das opções é o depósito mensal efetuado pelos devedores até que o montante possa quitar precatórios, de acordo com a listagem cronológica.

Os valores são creditados na Conta Única do Tribunal de Justiça, em subconta específica para tal finalidade. A cada mês é fornecido o saldo disponível à Central de cada subconta das entidades devedoras, o que serve de parâmetro para determinar quantas audiências poderão ser realizadas.



Novo

REGIMENTO

DE CUSTAS

AGILIZA E FACILITA PROCEDIMENTOS

Em vigor desde fevereiro de 2010, o novo regimento de custas do Poder Judiciário de MS simplificou os procedimentos nos cartórios.

Os valores da nova tabela de custas estão inseridos no sistema Sistema de Automação da Justiça (SAJ) em todas as comarcas, o que elimina a possibilidade de erros e reduz o serviço no cartório, pois já é feito o cálculo no ato da distribuição, podendo haver a exigência de complementação no caso em que o magistrado determinar a majoração do valor atribuído à causa.

A Lei Estadual nº 3.779/09, publicada em 12 de novembro de 2009, alterou significativamente as regras acerca do recolhimento de custas, simplificando a sistemática, passando a ser exigido apenas um valor na propositura da ação, conforme o previsto nas tabelas anexas à norma.

A nova sistemática facilitou os trabalhos, permitindo que a exigência de custas seja feita uma única vez e a taxa judiciária abranja todos os atos indispensáveis ao desenvolvimento do processo. Desta maneira, foram simplificados os procedimen-

tos nos cartórios e se garantiu uma transparência maior sobre o valor a ser pago.

Com o recolhimento único, o jurisdicionado está desobrigado de realizar novos pagamentos após o início da ação, tais como custas intermediárias e custas finais. Na fase de cumprimento de sentença, o recolhimento de custas também foi abolido, contemplando um anseio antigo e um ponto criticado pela classe dos advogados.

Assim, o processo ganhou em celeridade, pois não há mais tarefas, por parte dos cartórios, como a intimação das partes, durante o andamento dos processos para recolher valores e, também, ficou dispensado o manuseio dos processos para apurar o valor da taxa judiciária.

Acrescenta-se, ainda, que foi extinta também a fase processual de remessa dos processos para cálculo de custas finais, porque, pela simplificação, com o número do processo é possível acessar o sistema, de modo que o cálculo já estará finalizado, bastando apenas o comando para a impressão da guia e do boleto bancário.



PLANO DE

CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO

É SIMPLIFICADO

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração e o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário de MS foram alterados no mês de maio de 2009. Em linhas gerais, a atual administração propôs a modificação da nomenclatura de alguns cargos, a extinção e a transformação de outros e, ainda, o plano de recuperação salarial com aumentos diferenciados para algu-

mas categorias funcionais, em especial para o técnico judiciário, escrevente e oficial de justiça.

A meta foi simplificar o Plano de Cargos e de Carreira existente, diminuir o número de categorias funcionais e facilitar o entendimento da tabela de retribuição pecuniária, para sedimentar o quadro de pessoal e a estrutura hierárquica do Poder Judiciário, que tem passado por inúmeras transformações.



Nomenclatura – As alterações na nomenclatura do cargo efetivo objetivaram aproximar a carreira estadual à carreira do Poder Judiciário Federal, seguindo-se orientação do CNJ neste sentido. A inovação é a criação do analista judiciário na atividade fim (bacharel em Direito) e na atividade meio (qualquer formação de nível superior), e ainda a divisão do analista judiciário da área fim em serviços internos (dentro das serventias e das unidades administrativas) e em serviços externos (cumprimento de mandato).

Jornada – Foram estabelecidos dois regimes de trabalho: Regime de Trabalho Parcial e Regime de Trabalho Integral. No primeiro, permanece a jornada de seis horas diárias de trabalho e, no segundo, são oito horas com adicional de tempo integral, fixado hoje em 20%.

Adicional de Tempo Integral – Para cada vaga que surge no quadro de pessoal, a Administração designa cinco servidores para prestar serviços no regime de tempo integral. Estes podem recusar a designação, o que significa dizer que a jornada de oito horas é opcional.

Licença - Desde março de 2009 o tempo de licença maternidade no Poder Judiciário sul-mato-grossense foi prorrogado de 120 para 180 dias. A medida, aprovada pela Comissão de Organização Judiciária e Legislação, já beneficiou dezenas magistradas e servidoras gestantes.

A proposta alcançou também os pais, que tiveram estendido de cinco para 15 dias o período de licença paternidade.

CONCURSOS

SELECIONAM MAGISTRADOS E SERVIDORES PARA O JUDICIÁRIO DE MS

Para melhor atender ao jurisdicionado de Mato Grosso do Sul, o judiciário estadual realiza concursos para prover o quadro funcional de servidores e da magistratura com novos componentes.

O V Concurso Público de Servidores do Poder Judiciário de MS, homologado no dia 1º de fevereiro de 2010, contou com 28.878 candidatos inscritos, dos quais 7.186 foram aprovados. Até o final do mês de maio foram nomeados 53 novos servidores, a maioria deles convocada para ocupar as vagas decorrentes da divisão das varas cíveis da capital.

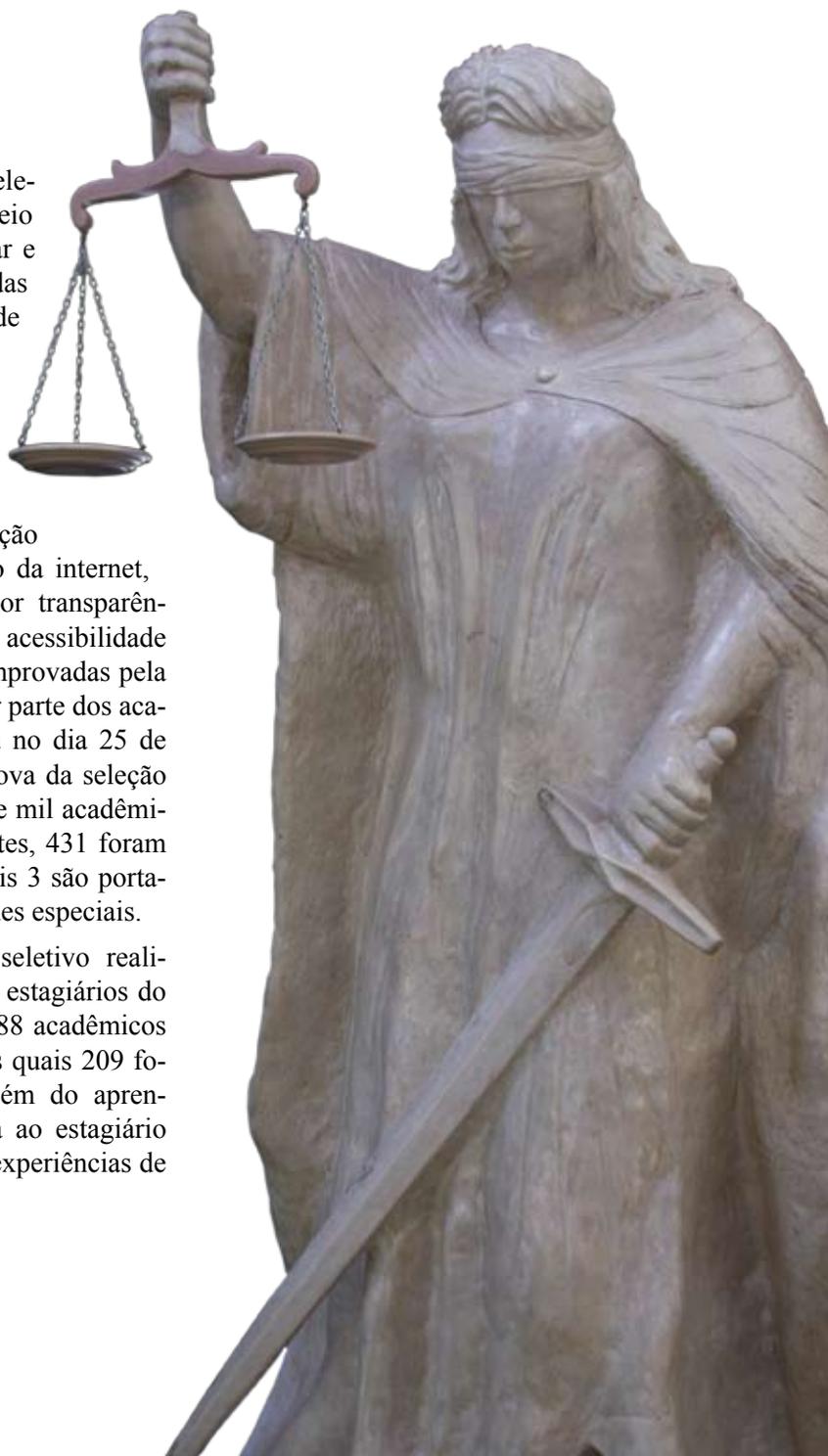
No XXIX Concurso para a Magistratura, cuja prova objetiva foi realizada em abril de 2010, 2.130 pessoas se inscreveram e concorrem a 23 vagas para o cargo de juiz substituto. A primeira fase foi realizada pela Fundação Carlos Chagas e as fases subsequentes pelo TJMS. O concurso está em andamento e ainda faltam mais três fases: provas discursivas; prova oral e sindicância, que consiste na investigação da vida pregressa. A prova de títulos é feita juntamente com a inscrição definitiva.

Seleção de Estagiários - Em 2010 foi realizado o primeiro processo seletivo de estagiários de outras áreas, diferentes do Direito.

Anteriormente, a seleção era feita por meio de análise curricular e entrevistas realizadas pela Secretaria de Gestão de Pessoal.

A partir de agora, a divulgação das informações sobre a seleção e a inscrição são feitas por meio da internet, o que garante maior transparência ao processo e acessibilidade aos candidatos, comprovadas pela elevada procura por parte dos acadêmicos. Realizada no dia 25 de abril de 2010, a prova da seleção contou com mais de mil acadêmicos inscritos e, destes, 431 foram aprovados, dos quais 3 são portadores de necessidades especiais.

No processo seletivo realizado em 2009 para estagiários do curso de Direito, 788 acadêmicos se inscreveram, dos quais 209 foram aprovados. Além do aprendizado, é oferecida ao estagiário uma das melhores experiências de trabalho do Estado.



ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS

ESTÃO PRESENTES EM 11 CIRCUNSCRIÇÕES

Desde agosto de 2009 entraram em exercício assistentes sociais e psicólogos nas sedes de todas as circunscrições do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. Com exceção de Coxim em que o psicólogo ainda não tomou posse, hoje o Estado conta com uma equipe psicossocial de atendimento nas sedes de 11 circunscrições. Gradativamente o atendimento também está sendo estendido para as comarcas que fazem parte de cada uma das respectivas circunscrições.

A conquista é resultado de um trabalho desenvolvido desde o ano de 2006, no qual se buscou implantar o atendimento interdisciplinar também no interior do Estado, isto porque, até junho do ano passado, somente as Comarcas de Campo Grande e Dourados contavam com uma equipe psicossocial.

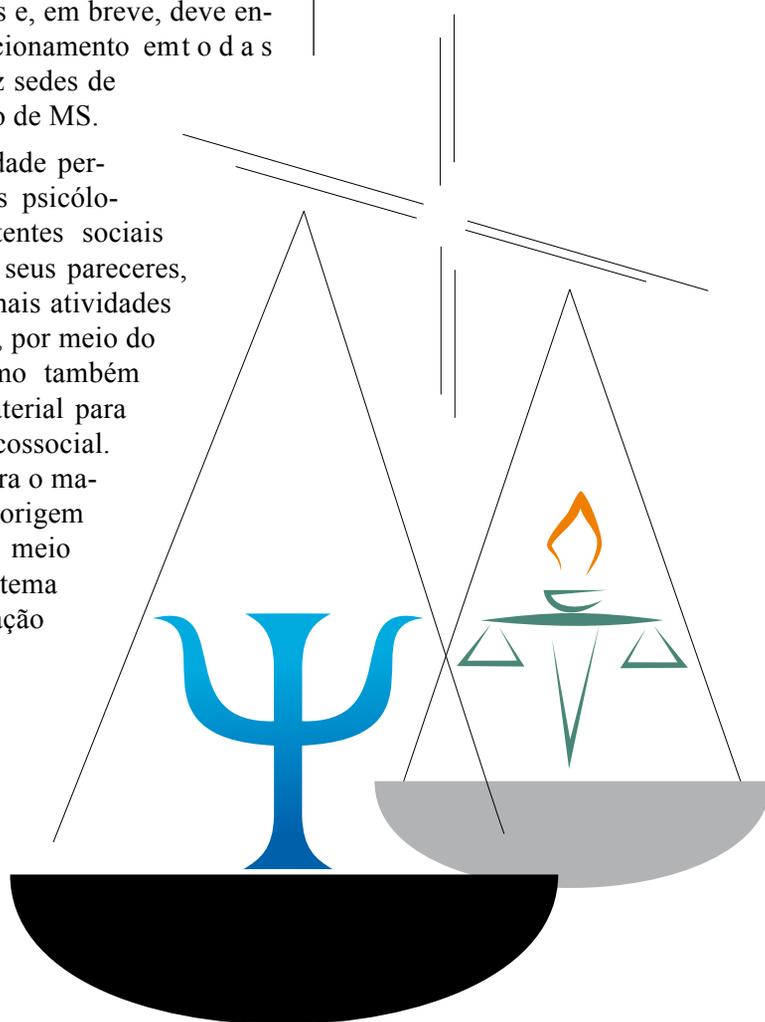
A criação dos 24 cargos, por meio da Lei 3.687, visou atender, em parte, a Recomendação nº 02 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece a implantação da equipe interdisciplinar nas varas da infância e juventude, conforme previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Outra medida foi a instituição, em junho de 2009, do Sistema de Controle Psicossocial (SICOP) para

o gerenciamento das atividades do Núcleo Psicossocial do Fórum de Campo Grande. Com a implantação do programa foi possível acompanhar a quantidade de processos distribuídos para o núcleo como também para qual servidor foi encaminhado. Desde dezembro de 2009, o SICOP foi também implantado em Dourados e, em breve, deve entrar em funcionamento em todas as outras dez sedes de circunscrição de MS.

A novidade permitiu que os psicólogos e assistentes sociais elaborassem seus pareceres, laudos e demais atividades relacionadas, por meio do sistema, como também enviar o material para o Núcleo Psicossocial. O retorno para o magistrado de origem ocorre por meio do SAJ (Sistema de Automação da Justiça).

O uso do SICOP, que permite a integração com o SAJ, adapta o trabalho dos psicólogos e assistentes sociais às mudanças do judiciário que implicarão, em breve, um universo de movimentação processual totalmente digitalizado.



AÇÕES DA ESCOLA DO SERVIDOR

CAPACITAM SERVENTUÁRIOS

Nos últimos 18 meses a Secretaria da Escola do Servidor (SES) concretizou diversas ações de treinamento e aperfeiçoamento, na modalidade presencial e a distância, para estimular e facilitar o processo de aprendizagem dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

A SES promoveu suas ações de forma contínua e em conformidade com as metas, resoluções, instruções normativas e recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relativas aos temas pertinentes à infraestrutura, gestão de pessoas e processos, apropriadas às atividades administrativas e judiciais. Os eventos foram realizados de acordo com as novas tendências na área de treinamento proporcionando um ambiente de trabalho saudável e interativo.

Os resultados das ações de capacitação realizadas no período de 1º de fevereiro de 2009 a 30 de junho de 2010 foram muito positivos, com mais de 300 cursos presenciais e quase cinco mil participantes. Quarenta cursos a distância foram aplicados aos servidores, com 4.360 participantes, sendo que alguns servidores participaram de mais de um treinamento, o que justifica o número superior ao total de servidores do TJMS.

De fevereiro de 2009 até maio de 2010, a Escola do Servidor realizou mais de 9,2 mil treinamentos individuais.

Eventos – Realizado em outubro de 2009, o Festival de Talentos proporcionou a apresentação dos talentos na área de música, dança, pintura, desenho, teatro, poesia, crônica e artesanato em geral. A importância desse evento revelou que a arte reflete a sensibilidade humana e é na cultura que se encontra o fortalecimento das organizações sociais.

O Programa Preparatório para Aposentadoria implementou neste ano uma alternativa viável para assegurar a produtividade e a autoestima na fase pós-carreira, pois com o aumento da expectativa de vida nos últimos anos, aumenta também o período em que a pessoa tem para viver aposentada e, se houver uma preparação para esta fase da vida, o risco de aparecimento de doenças emocionais e físicas será minimizado possibilitando, assim, uma aposentadoria agradável e produtiva.



EQUIPE PSICOSSOCIAL

REALIZA PROJETO DE DIAGNÓSTICO DA FORÇA DE TRABALHO

Desde 2009 está em funcionamento um projeto para diagnosticar a força de trabalho do poder judiciário estadual. Duas assistentes sociais e uma psicóloga da Secretaria de Gestão de Pessoal (SGP) viajam para as comarcas do interior onde atendem individualmente os servidores com a finalidade de criar um espaço de escuta e reflexão sobre as condições de trabalho e as relações interpessoais. Das informações obtidas é elaborado um relatório, o qual é encaminhado à Direção-Geral e outras áreas de interesse como a própria SGP e Corregedoria.

A finalidade do projeto é conhecer a realidade de cada local, verificar os fatores que interferem na qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados, mensurar o nível de satisfação dos servidores em relação aos aspectos do ambiente de trabalho e também observar como as pessoas interagem.

O resultado é favorável não apenas para a melhora da qualidade de vida do quadro funcional, mas também para o cidadão que procura o judiciário, isto porque, quando o servidor trabalha bem, motivado e com saúde, automaticamente ele reverte numa produtividade mais ágil, o que beneficia as partes que veem seus processos tramitando da melhor forma.

Nem sempre o diagnóstico traz soluções imediatas, há questões que demandam mais tempo, no entanto, a equipe psicossocial acompanha a evolução dos resultados em cada comarca e há uma rede de contatos e retornos quanto às sugestões a serem implementadas e outras providências. As visitas já ocorreram nas comarcas de Itaquiraí, Pedro Gomes, Ponta Porã, Chapadão do Sul, Bonito e Eldorado. Os trabalhos continuam no segundo semestre de 2010.



ANEXO DO PRÉDIO DO TJ

IRÁ OFERECER MELHOR ESTRUTURA A SERVIDORES E USUÁRIOS



Por meio de convênio assinado entre o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado de MS, teve início no ano de 2009 a construção do anexo do prédio da Secretaria do TJMS. Com área estimada de 4.616,11 m², o prédio é destinado aos serviços da justiça local. No mesmo ano foi concluída a construção do estacionamento da secretaria do TJ e a implantação do sistema de segurança.

O anexo está em construção ao lado do prédio existente e contará com subsolo, piso térreo e superior, o qual se estenderá sobre o estacio-

namento existente por meio de pilotis (construção baseada na sustentação de uma edificação por meio de pilares ou colunas em seu pavimento térreo). A obra do anexo ao prédio do Tribunal tem previsão de ser concluída em janeiro de 2011.

O subsolo abrigará um estacionamento, um depósito para o CPD (Centro de Processamento de Dados) e uma subestação de energia. Além disso, o piso térreo terá salas para as dependências da Secretaria Judiciária e Vice-Presidência e no piso superior estarão o Controle Interno, a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica, a Secretaria de Obras, a

Secretaria dos Juizados Especiais, a Secretaria de Tecnologia da Informação, a Biblioteca, e mais salas que poderão ser ocupadas futuramente.

A construção do anexo visa melhores acomodações para as Secretarias. Além disso, prevê espaços excedentes no prédio dos Gabinetes dos Desembargadores para que no futuro a estrutura física do edifício possa atendê-los. A obra contempla a centralização da área fim do Tribunal de Justiça, isto é, a Secretaria Judiciária, na qual até mesmo o PEX (protocolo externo), ficará integrado aos outros atendimentos.

CONSTRUÇÕES E REFORMAS

MELHORAM ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO DE MS

A Secretaria de Obras possui a responsabilidade de atender 69 prédios que compõem a estrutura física do Poder Judiciário, no que diz respeito às construções, ampliações, reformas e manutenções prediais.

Em julho de 2009 foi concluída a adequação dos quadros da rede estabilizada do Fórum de Campo Grande e a melhoria do banco de capacitores. Em novembro foi feita a adequação da entrada do prédio, o serviço de pintura e pequenos reparos.

Em relação às comarcas do interior, estão em construção os prédios dos fóruns de Água Clara, com previsão de entrega em setembro de 2010; Bonito e Mundo Novo, que deverão estar prontos em outubro deste ano; e Anastácio, ainda em fase de licitação, que deverá ser entregue em julho de 2011.

A reforma do prédio da Comarca de Caarapó começou em março deste ano e a previsão de conclusão é janeiro de 2011.

A reforma e ampliação dos fóruns de Bataiporã e Bela Vista estão em fase de licitação e a previsão de conclusão é janeiro de 2011. Em fase de licitação também estão as reformas dos prédios dos fóruns de Miranda, Aquidauana e Fátima do Sul. Os dois

últimos com previsão de conclusão ainda em 2010 e o primeiro, previsto para janeiro de 2011.

O Fórum atual de Dourados não comporta mais a demanda existente, tanto que as varas dos juizados especiais estão em outro prédio, cedido em comodato pela Unigran. O anexo, inaugurado em junho, contém três pavimentos e é interligado ao prédio principal em todos os andares. A reforma no prédio principal deve ser concluída em junho de 2011.

COMARCA DE

TRÊS LAGOAS

RECEBE PRÉDIO NOVO DO FÓRUM

O Poder Judiciário de MS inaugurou no dia 5 de fevereiro de 2010 o novo Fórum da Comarca de Três Lagoas. O prédio tem capacidade para instalação de 10 varas, sendo 4.140,04 m² do prédio principal com três pavimentos, além dos 225,00 m² do arquivo geral existente.

Nas modernas e amplas instalações do novo Fórum, a acessibilidade foi preocupação fundamental e, em razão disso, foram construídas rampas nos acessos e no interior do prédio para os pavimentos superiores, além de elevadores.

Outra preocupação foi a segurança dos magistrados, que tem estacionamento e entrada exclusivos, elevador para seus gabinetes estrategicamente localizados próximo ao plenário do Tribunal do Júri, com capacidade para 100 pessoas sentadas, e acessos independentes.

No que se refere ao Tribunal do Júri, foram construídas três celas, com entrada reservada para as viaturas de escolta dos presos. O plenário pode ainda ser utilizado para outros eventos, sem que haja interferência na rotina normal do Fórum.

O serviço de segurança e monitoramento das pessoas que entram e saem do prédio tem câmeras espalhadas pelas áreas de circulação, destacando-se algumas com lentes infravermelho, possibilitando a captura de imagens à noite. As câmeras estão espalhadas em pontos estratégicos, ampliando a segurança para os jurisdicionados, magistrados e servidores.



SEMANA DA CONCILIAÇÃO 2009

MS CAMPEÃO EM VALORES NO PAÍS



Desa. Tânia Garcia de Freitas Borges realiza acordo milionário



Reunião preparatória com empresas de telefonia para a Semana da Conciliação



Conselheiro do CNJ, Felipe Locke, participou da abertura da Semana

Mato Grosso do Sul foi o estado brasileiro que mais obteve sucesso, no que se refere a valores, nas audiências realizadas na Semana da Conciliação no ano de 2009. A informação é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que reconheceu MS como o campeão em valores, seguido pelo judiciário de Pernambuco.

O trabalho realizado nas 54 comarcas do judiciário sul-mato-grossense totalizou R\$ 251.282.967,46 no valor total de acordos homologados, em 5.089 audiências realizadas em primeiro e segundo graus.

A Des. Tânia Garcia de Freitas Borges, presidente da comissão coordenadora da Semana da Conciliação em MS, comemorou os números e lembrou que a meta de R\$ 250 milhões foi superada.

Ela ressaltou que essa realidade é fruto do trabalho de equipe. “Esse resultado positivo é consequência do envolvimento dos juízes, dos órgãos ligados à justiça e do apoio recebido do Tribunal de Justiça em várias áreas”, ressaltou.

A Justiça Itinerante também participou nas atividades da Semana da Conciliação - o ônibus da Itinerante atendeu a população na Praça Ary Coelho, nos dias 4 e 11 de dezembro, quando mais de 20 pessoas - entre servidores, conciliadores e demais profissionais – estiveram no ônibus.

A Semana da Conciliação é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em Mato Grosso do Sul, pelo terceiro ano consecutivo, foi coordenada pela Des. Tânia Garcia de Freitas Borges.



I ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL FUNDIÁRIO

É REALIZADO EM CAMPO GRANDE

De 29 de setembro a 1º de outubro de 2009, Campo Grande reuniu diversas autoridades no I Encontro do Fórum Nacional Fundiário para discutir e aprimorar a resolução dos conflitos fundiários no meio rural e urbano. A abertura foi realizada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça à época, Ministro Gilmar Mendes. Nos outros dois dias foram realizadas palestras e *workshops* para os participantes do encontro.

Presente na abertura do evento, o presidente do Tribunal de Justiça de MS, Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins, destacou a importância desse Fórum para o país. “Precisamos intensificar as discussões sociais e jurídicas sobre o tema. O Brasil, enquanto Estado Democrático de Direito, deve enveredar esforços para solucionar estas questões que são de interesse da coletividade”, apontou.

O desembargador lembrou também que em Mato Grosso do Sul, a questão fundiária empresta especial preocupação dian-

te dos trabalhos de demarcação da região centro-sul do Estado e ressaltou o orgulho de ver um membro do judiciário sul-mato-grossense, Des. Sérgio Fernandes Martins, como componente do Comitê Executivo Nacional do Fórum.

Como resultado do encontro, foram encaminhadas ao Comitê Executivo do Fórum Nacional Fundiário 48 sugestões, resultantes dos debates

em quatro áreas distintas, mas correlacionadas entre si: *Workshop* Agrário, *Workshop* Trabalho Escravo, *Workshop* Regularização Fundiária e *Workshop* Urbano. Os trabalhos estão previstos no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional e inseridos nas metas referentes à garantia da celeridade na solução dos conflitos, na efetividade e na responsabilidade social do Poder Judiciário. No final das discussões, aprovou-se uma meta anual: “Identificar e reduzir em, no mínimo, 10% ao ano os conflitos fundiários rurais e urbanos, incluindo o trabalho escravo”.

Comitê em MS - No mês de setembro de 2009 foi criado o Comitê Estadual para o Monitoramento e Resolução de Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos. A criação do comitê estadual atende a solicitação do Comitê Executivo do Fórum Nacional para o Monitoramento e Resolução de Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos, instituído em março de 2009 pelo Conselho Nacional de Justiça.



Presidente do TJ, Des. Elpídio, discursa na abertura do Fórum Nacional Fundiário

MS SEDIA

ENCONTRO NACIONAL DAS ESCOLAS DO JUDICIÁRIO

No mês de novembro de 2009 o Estado de Mato Grosso do Sul sediou o Encontro Nacional das Escolas de Treinamento e Gestores de Recursos Humanos do Poder Judiciário, realizado pela Secretaria da Escola do Servidor. O objetivo do encontro foi a troca de experiências entre as escolas em busca da uniformização das ações de treinamento e gestão de pessoas.

Ao todo, participaram 57 representantes dos tribunais de justiça de 23 estados e do Distrito Federal. A abertura do evento foi realizada pelo presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins, que destacou o objetivo do encontro e lembrou que este atende o sétimo objetivo estratégico do Conselho Nacional de Justiça em 2009, de fomentar a interação e a troca de experiências entre os tribunais nos planos nacional e internacional.

“Este evento serve como um fortalecimento da Escola do Servidor Público do Poder Judiciário de MS”, disse o presidente, lembrando que, à época, desde a criação da SES, em 2001, mais de 100 cursos de treinamento já tinham sido promovidos, aperfeiçoando e capacitando mais de 4.700 servidores. “Este fato demonstra que o TJMS valoriza seu quadro de pessoal. Não é possível aprimorar os juízes e esquecer o servidor. Realizar esse evento, quando comemoramos 30 anos de Poder Judiciário, é motivo de orgulho para todos nós”, completou.

Ao finalizar sua fala, o desembargador ressaltou que são três décadas de muitas conquistas, principalmente na área de recursos humanos, já que em 1979 eram 30 servidores e atualmente o quadro de pessoal ultrapassa os 3.500. “Investir continuamente na valorização dos servidores e na troca de experiências entre os tribunais é primordial para conseguirmos contribuir com a missão do judiciário, e encontros como esse são exemplos de que estamos no caminho certo”.



ENCONTRO NACIONAL

DE ESCOLAS DE TREINAMENTO DE SERVIDORES E DE GESTORES
DE RECURSOS HUMANOS DO PODER JUDICIÁRIO DE MS.



PODER JUDICIÁRIO DE MS COMEMORA

30

anos de história

Em 2009, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul completou 30 anos de existência. Foram três décadas de história, garantindo dignidade, cidadania e justiça para o território sul-mato-grossense. E para comemorar a data, no dia 16 de dezembro de 2009, no plenário do Tribunal do Pleno, foi realizada uma sessão solene, com o lançamento de um livro comemorativo, um selo (em parceria com os Correios), um pin entregue aos magistrados, um *hotsite* no portal do TJMS e um vídeo com os principais momentos da história da justiça sul-mato-grossense.

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul completou 30 anos e, neste período, muitas foram as dificuldades. A evolução da ciência do Direito e a complexidade das relações de uma sociedade em constante mudança multiplicaram os desafios. Em 30 anos, 16 administrações sucederam-se. Foram inúmeras as conquistas nestas três décadas e, todas elas, contudo, só foram possíveis graças ao trabalho contínuo de magistrados e servidores.

Em seu discurso no evento, o Des. Elpídio Helvécio Chaves Martins, presidente do Tribunal de Justiça, lembrou que há trinta anos



instalavam-se o Poder Judiciário e o Tribunal de Justiça de MS, conduzido pelos Desembargadores Leão Neto do Carmo, Jesus de Oliveira Sobrinho, Sérgio Martins Sobrinho e Rui Garcia Dias.

“Estamos hoje aqui como descendentes daqueles que fizeram a história dos 30 anos do judiciário de Mato Grosso do Sul. Transpusemos e destruimos os muros erguidos. O tempo, esse inimigo feroz, hoje é nosso aliado, porque, como descendentes, somos capazes da eternidade”, afirmou.

Elpídio aproveitou para fazer alguns agradecimentos. “Na qualidade de Presidente deste Tribunal, quero homenagear a todos os magistrados deste Estado, não só aqueles que es-

tiveram à frente das Administrações que se sucederam e fizeram essa história de sucesso, mas também aos juizes que no anonimato fizeram e continuam a realizar a grandeza do nosso judiciário. Registro aqui a força dos nossos servidores, nosso aliado de todo dia. Todos, sem exceção, tomaram parte desse trajeto e, com extrema dedicação, contribuíram para a continuidade dessa nossa caminhada”.

E completou: “Tudo que aqui vemos não foi feito do que é visível, foi forjado pela fé e pela descendência que nos torna perenes. Essa é a mensagem que deixo neste momento da nossa história”.

PACIJUS:

CAMPANHA DE NATAL

PRESENTEIA 1.655 CRIANÇAS

Um projeto ousado mobilizou os servidores do Poder Judiciário de MS em novembro de 2009: presentear 1.655 crianças de 27 instituições no Natal. Tudo começou com uma ideia tímida de um servidor da área de informática que, auxiliado por alguns colegas, transformou a proposta de dar presentes no Dia das Crianças.

A ideia deu tão certo que os voluntários foram mais audaciosos e decidiram ampliar a quantidade de crianças beneficiadas com presentes no Natal. Assim nasceu o Projeto para Ajuda à Criança e ao Idoso do Poder Judiciário de MS (Pacijus). A história espalhou-se, os meios de comunicação mostraram a iniciativa e as instituições começaram a procurar o Tribunal de Justiça para fazer parte da campanha.

Mesmo assim, o grupo não se intimidou e aceitou o desafio: atender 1.655 crianças e adolescentes do Abrigo Lar Lions, da ACA (Amigos da Criança), Aldeia Córrego do Meio, APAE, CEI Acácia Morana, CEI Lar Menino Jesus, Casa da Esperança, Casa de Amália, Casa Inf. Peniel I, II e III, Clu-

binho do Papai do Céu, Comunidade Maria Kolbe, Cotolengo-Orionópolis, Creche Santa Fé, Ins. Samael Aum Weor, Instituição Filadelfia, Irmãos Menonitas, Lar Inf. Lygia Hans I e II, S.O.S Abrigo, Projeto Aluno Nota 10, Projeto CEIA, Residência Protegida, Saron, Vovó Inês Amati, Vovó Miloca e Vovó Túlia.

Durante os 30 dias de campanha, percebeu-se a maciça participação de servidores e pessoas da sociedade que viram na iniciativa uma forma de presentear crianças menos favorecidas.

Segundo Marta Lopes dos Santos, uma das organizadoras do projeto, os presentes mais pedidos foram bicicleta e *laptop* de brinquedo. Houve até mobilização para aquisição de um *playstation* usado e, depois de uma coleta entre os servidores, conseguiu-se o dinheiro para a compra do equipamento.

Marta ressaltou que houve a preocupação em se atender os pedidos de brinquedos feitos pelas crianças. “Nossa intenção era atender mil, mas as instituições nos procuraram e assumimos as outras 655 – essas foram pela fé. E conseguimos”, disse.

Conceição Pedrini Pereira, diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), lembrou que aliado aos esforços de todos os servidores houve apoio do presidente do Tribunal de Justiça. “Não se pode esquecer de quem nos estendeu a mão, dando apoio ao nosso projeto. Foi uma experiência gratificante”.



JUDICIÁRIO DE MS PROMOVE MINICORRIDA

Desde as primeiras horas da manhã do dia 8 de maio, corredores começaram a se aglomerar em frente ao prédio do Tribunal de Justiça. Em clima de confraternização, por volta das 8 horas, foi dada a largada. Homens e mulheres juntos iniciaram o percurso de quase 5 quilômetros pelo Parque dos Poderes. Ao todo foram inscritos 344 participantes, dentre magistrados, servidores e seus dependentes.

A 1ª Minicorrída teve como objetivo estimular a prática esportiva dentro de um conceito de vida saudável, facilitar a integração de servidores e demais colaboradores, valorizar suas iniciativas como importantes agentes do Projeto de Qualidade de Vida e do Programa de Sustentabilidade no ambiente de trabalho.

Com fiscais de prova, batedores da polícia militar, e todos demais aparatos que fazem parte de uma competição, os participantes da 1ª Minicorrída do TJMS: Ação para Sustentabilidade deixaram um pouco o clima de descontração e se empolgaram, tornando mais acirrado o clima de competição. Mas houve quem realmente, na alegria, só pretendia completar o trajeto, nem que fosse caminhando.

O clima foi generoso, manhã nublada e de temperatura amena. De início, os homens, uns mais jovens

outros de mais idade, revezavam-se na ponta, mas passados alguns minutos do início da competição, já era possível identificar os atletas que davam pinta de “Pelotão de Elite”.

E o grande ganhador do dia, vencedor geral da competição e dos homens, foi o servidor de Rio Brillante, **A demar Rei de França.** No meio



da tropa, uma mulher lado-a-lado com

os homens, dava orgulho ao gênero. E de fato, ela consagrou-se. Michele Nakazato completou a prova como a primeira colocada entre as mulheres.

Categorias - Todos os participantes foram agraciados com medalhas, e os vencedores subiram ao pódio para receber seus troféus. Foram também premiados os três primeiros colocados na categoria acima de 40 anos e até 40 anos, tanto feminino quanto masculino.

A ideia - Após o evento de confraternização de final de ano, que aconteceu no Tribunal de Justiça, numa conversa entre os servidores da Secretaria de Bens e Serviços, Nivaldo Plácido e Paulo de Freitas, surgiu a pergunta “Que tal uma corrida?”.

Assim, conta Paulo, como seu colega Nivaldo é corredor de rua, e ele mesmo pratica atividades físicas em razão da arbitragem, função que realiza paralelamente ao trabalho no Tribunal, pensaram na realização de uma corrida que serviria não apenas de estímulo à prática esportiva como também um evento de confraternização.

Conforme Nivaldo, primeiramente eles levaram a proposta à Direção-Geral que os orientou a procurar a Secretaria da Escola do Servidor, que gostou da ideia. Nivaldo conta que pouco tempo depois já viu a matéria divulgando a realização da 1ª Minicorrída do Judiciário.

Servidores de diversas áreas do Tribunal de Justiça abraçaram a proposta e auxiliaram na organização do evento. Nivaldo sente-se satisfeito com isso, pois ele, que já participou de provas em outros locais, pode correr num evento dentro de seu próprio ambiente de trabalho.

Metas Prioritárias

META - 1

Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

META - 2

Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 e, quanto aos processos da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007.

META - 3

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009).

META - 6

Reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009).

META - 10

Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem.



Qualquer sugestão ou crítica pode ser enviada para a Secretária do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Parque dos Poderes • Bloco 13 - CEP: 79031-902 • Campo Grande – MS
Telefone: (67) 3314-1382
www.tjms.jus.br • e-mail: scs@tjms.jus.br

Impresso



Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul